

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 118

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 04 DE SETEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH
1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO
2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI
1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI
2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME
3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES
4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA
5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Sérgio Spada
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Hermes Fonseca
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Edno Guimarães
PST Divanir Braz Palma
PL Serafina Carrilho
PSB Moysés Leônidas

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02 - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 081ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
04 DE SETEMBRO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Antonio Anibelli.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PDT: Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSB: Moysés Leônidas, Ricardo Maia, Hidekazu Takayama; PSC: Miltinho Pupio; PSDB: José Maria Ferreira, Neivo Beraldin, Sérgio Spada, Renato Gaúcho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Tony Garcia; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PST: Divanir Braz Palma; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana; Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi; PTB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Ricardo Chab, Thiago Amorim Novaes; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielese, Chico Noroeste, Custódio da Silva, Durval Amaral, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães (53). Achando-se ausente o senhor deputado Luiz Fernando da Silva Litro (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Nós queremos saudar os nossos visitantes, os alunos da Escola Rui Barbosa - Educação Infantil e Ensino Fundamental da cidade de Imbituva, que estão acompanhados pela diretora, Rosicléia Ana Bobato Pupo, o professor, Reverendo Raul Deringer Júnior e a professora Leila de Próspero Paz.

As nossas boas-vindas. Que tenham uma boa estada em nossa Casa de Leis.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da ata da Sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 039/2001

Curitiba, 04 de setembro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre a aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$11.932.000,00 (onze milhões, novecentos e trinta e dois mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovado pela Lei Estadual nº 13.030, de 28 de dezembro de 2000, para dar atendimento às seguintes obras:

a) R\$5.932.000,00 - Construir a Cadeia Pública de Curitiba, com a aproximadamente 5.000 m² de área edificada, para abrigar cerca de 432 internos, com um custo total estimado em R\$8.900.000,00, divididos em seis parcelas, sendo quatro parcelas em 2001 e duas parcelas em 2002;

b) R\$6.000.000,00 - Construir a Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu, com aproximadamente 5.800 m² de área edificada, para abrigar cerca de 500 internos, com um custo total estimado em R\$12.000.000,00, divididos em seis parcelas, sendo três parcelas em 2001 e três parcelas em 2002.

Esclareço também que os recursos para a cobertura do referido crédito são decorrentes de cancelamento de dotação alocada em despesas de capital, da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 13.030, de 28 de dezembro de 2.000, no valor de R\$11.932.000,00 (onze milhões, novecentos e trinta e dois mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, ficam alterados os Demonstrativos da Receita, conforme Anexos III, IV e V desta lei.

Art. 4º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, fica alterado o Programa de Obras conforme Anexos VI e VII desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA		ANEXO I						FL. 01 R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	GR. FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.	
3900	Secretaria de Estado da Segurança Pública							
3901	Gabinete do Secretário							
1028	Investimentos para a Segurança Pública	4490.51	00	01	L	11.932.000	0982	
						TOTAL	11.932.000	

CANCELAMENTO DE DESPESA		ANEXO II						FL 01 R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	GR. FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.	
2300	Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral							
2331	Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC							
1017	Parques Metropolitanos do Iguaçu e da Ciência	4490.51	25	01	L	11.932.000	0982	
						TOTAL	11.932.000	

ACRÉSCIMO DA RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO III				FL. 02 R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	VALOR	PROCESSO	
1113.02.12	Imposto S/Oper. Relat. a Circ. Merc. e S/Prest. de Serv. de Transp. Interest. e Intermun. e Comunic. - Parcela Estadual	00	01	11.932.000	0982	
				TOTAL	11.932.000	

REDUÇÃO DA RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO IV				FL. 02 R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	VALOR	PROCESSO	
2211.11.00	Venda de Ações da Copel	25	01	11.932.000	0982	
				TOTAL	11.932.000	

REDUÇÃO DA RECEITA DESCENTRALIZADA		ANEXO V			FL. 03 R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	VALOR	PROCESSO
	Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral				
2331	Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC				
2412.25.00	Transferência da Venda de Ações e/ou Devolução de Capital Subscrito	25	01	11.932.000	0982
	TOTAL	TES.		11.932.0000	

SUPLEMENTAÇÃO DE OBRAS		ANEXO VI				FL. 04 R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
3900	Secretaria de Estado da Segurança Pública					
3901	Gabinete do Secretário					
1028	Investimentos para a Segurança Pública					
950	Estado					
0002	Construir a Cadeia Pública de Curitiba	00	01	L	5.932.000	0982
0003	Construir a Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu	00	01	L	6.000.000	0982
	TOTAL	TES.		L	11.932.000	

CANCELAMENTO DE OBRAS		ANEXO VII				FL. 04 R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
2300	Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral					
2331	Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC					
1017	Parques Metropolitanos do Iguaçu e da Ciência					
910	Macrorregião I					
0001	Transformar o Parque Castelo Branco em Parque da Ciência	25	01	L	10.000.00	0982
0002	Construir Parque Metropolitano do Iguaçu	25	01	L	1.932.000	0982
	TOTAL	TES.		L	11.932.000	

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Vimos através do presente, conforme solicitação de V. Exa., fazer a indicação dos membros da Bancada do PTB, que irão compor as CPI's que serão instaladas nesta Casa.

01 - CPI Poluição do Rio Iguaçu por Derramamento de Óleo

Titulares

Luis Accorsi

Ademar Traiano

Suplentes

Ricardo Chab

Luis Carlos Alborghetti

02 - CPI da Construção do Fórum de Curitiba

Titulares	Suplentes
Luis Accorsi	Luis Carlos Alborghetti
Ricardo Chab	Ademar Traiano

03 - CPI Estrada de Ferro Concessionária Americana Latina Logística

Titulares	Suplentes
Luis Carlos Alborghetti	Luis Accorsi
Carlos Simões	Ricardo Chab

04 - CPI dos Desvios de Recursos por Parte dos Integrantes do MST

Titulares	Suplentes
Ademar Traiano	Luis Accorsi
Luis Accorsi	Luis Carlos Alborghetti

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) CARLOS SIMÕES
Líder do PTB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Em atenção à solicitação de V. Exa., indicamos os deputados do PT para participarem das comissões conforme abaixo:

01 - CPI Poluição do Rio Iguaçu por Derramamento de Óleo

Titular	Suplente
Luciana Rafagnin	Ângelo Vanhoni

02 - CPI da Telefonia Fixa

Titular	Suplente
Ângelo Vanhoni	Hermes Fonseca

03 - CPI da Construção do Fórum de Curitiba

Titular	Suplente
Hermes Fonseca	Ângelo Vanhoni

04 - CPI Estrada de Ferro Concessionária Americana Latina Logística

Titular	Suplente
Ângelo Vanhoni	Hermes Fonseca

05 - CPI dos Desvios de Recursos por Parte dos Integrantes do MST

Titular	Suplente
Luciana Rafagnin	Ângelo Vanhoni

Cordiais saudações.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) HERMES FONSECA
Líder do PT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Vimos através do presente, conforme solicitação de V. Exa., fazer a indicação dos membros da Bancada do PFL, que irão compor as CPI's que serão instaladas nesta Casa:

01 - CPI Poluição do Rio Iguaçu por Derramamento de Óleo

Titulares	Suplentes
Cleiton Kielse	Custódio da Silva
Nelson Tureck	Nelson Garcia

02 - CPI da Construção do Fórum de Curitiba

Titulares	Suplentes
Custódio da Silva	Nelson Tureck
Chico Noroeste	Plauto Miró

03 - CPI Estrada de Ferro Concessionária Améri- ca Latina Logística

Titulares	Suplentes
Plauto Miró	Nelson Tureck
Nelson Garcia	Cleiton Kielse

04 - CPI dos Desvios de Recursos por Parte dos Integrantes do MST

Titulares	Suplentes
Cleiton Kielse	Plauto Miró
Nelson Tureck	Custódio da Silva

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.
(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
Líder do PFL

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2782

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 157/2001, de autoria do signatário deste.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.
(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 2776

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada da ordem do Dia do Projeto de Lei nº 325/2000 de autoria do deputado Valdir Rossoni, para que seja apreciado pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Casa de Leis (conforme artigo 33, e I e II do Regimento Interno desta Casa de Leis):

“Art. 33 - Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

I - Dar parecer sobre proposição referente aos assuntos de suas especialização;

II - promover estudos sobre problemas de interesse público relativos à sua competência.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.
(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 2769

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a

diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.
(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 2772

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, notadamente com base no artigo 54, inciso XXXIII da Constituição Estadual, e artigos 97 e seguintes do Regimento Interno, e após ouvido o douto Plenário, vem *mui* respeitosamente expor e REQUERER o que segue:

a) O Governo do Estado do Paraná definiu que até a data de 06 de setembro próximo fará a divulgação pública da avaliação realizada pela empresa Adviser sobre o patrimônio da Copel a ser leilado;

b) em nenhum momento foi dado ciência à Assembléia Legislativa sobre a referida avaliação, nem sobre os critérios adotados para a sua realização;

c) esta Casa de Lei, pelo que dispõem o inciso XXVII do artigo 54 da Constituição Estadual, tem o dever de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração direta.

Desta forma, requer a convocação do presidente da Companhia Paranaense de Energia - Copel, Sr. Ingo Hübert, bem como representantes da empresa Adviser que procederam à avaliação da companhia para prestarem as informações solicitadas em data de 11 de setembro de 2001, à hora da Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.
(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento visa garantir o princípio da publicidade, inerente aos atos administrativos, bem como o dever constitucional da Assembléia Legislativa em fiscalizar os atos do Poder Executivo, que devem ter caráter transparente. Posto que em nenhuma oportunidade o Governo do Estado do Paraná deu ciência a esta Assembléia Legislativa sobre a avaliação desta que é a maior empresa estatal paranaense, a presente convocação abre espaço ao Governo para que faça, no foro competente que é a Assembléia Legislativa, a prestação de contas do que se pretende alienar.

REQUERIMENTO Nº 2781

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja suspensa a tramitação do Projeto de Lei 325/2000, de autoria do deputado Valdir Rossoni, pelo tempo necessário à discussão e aprovação do Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente - RIMA, conforme o disposto no artigo 209 da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

A suspensão da tramitação do Projeto de Lei 325/2000, item 11 da pauta, é necessária para que o referido projeto não seja colocado em votação, antes da discussão e aprovação do RIMA, pois se assim não for, o projeto se torna inconstitucional, uma vez que o artigo 209, da Constituição Estadual é bem claro, exigindo que primeiro seja feito o RIMA, e somente após seja aprovado pela Assembléia Legislativa.

A exigência prévia do RIMA é também uma exigência lógica, pois os dados apresentados por tal relatório deverão informar os deputados, e certamente fornecerão os elementos necessários para aprovar ou rejeitar a construção da citada usina, uma vez que a questão é fundamentalmente técnica.

Cabe ainda destacar que a suspensão do projeto requerido, não se trata do adiamento regimental, a pedido de deputado, mas sim de solicitação que visa “salvar” o referido projeto do vício insanável de inconstitucionalidade, por violar, conforme acima exposto o artigo 209 da Constituição Estadual, abaixo transcrito:

“Art. 209 - Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoeletricas e hidreletricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa; a de centrais term nucleares, desse projeto, dessa aprovação e da consulta plebiscitária.”

REQUERIMENTO Nº 2785

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário a transferência da Sessão Ordinária do dia 5 de setembro para o período da manhã.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) NEREU MOURA, DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI, WALDYR PUGLIESI, SERAFINA CARRILHO, CEZAR SILVESTRI e ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 2746

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, nos termos do Regimento Interno, REQUER, à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido nos anais desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Yoshiaki Kamei, vereador da Câmara Municipal de Santa Mariana, ocorrido no último dia 1º de setembro.

Requer ainda, que da manifestação desta Casa seja dado ciência à família do vereador na Rua Dr. Francisco de Paula Landi, 1065, no município, e à Câmara Municipal de Santa Mariana.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2747

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento de Paulo dos Reis, ocorrido, sábado, 01 de setembro em Wenceslau Braz-PR.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Paulo dos Reis, faleceu no último sábado, com apenas vinte e um anos, vítima de acidente automobilístico, deixando transtornados seus pais e familiares, além de grande número de amigos.

Primogênito do vereador Ernani dos Reis, o (Jacaré), e de dona Vera Lucia Orlandine dos Reis, Paulo prenunciava um futuro promissor e brilhante, ceifado de forma prematura e violenta.

Por este requerimento manifestamos nossa inteira solidariedade e as nossas condolências à família enlutada, na certeza que Deus lhes dará a força necessária para superar o impacto dessa perda.

REQUERIMENTO Nº 2752

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do Sr. Julio Castilho, falecido no dia 28 de agosto, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2753

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do Sr. Henrique Cabrera Santiago, falecido no dia 28 de agosto, no município de São Tomé.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2754

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do Sr. José Rodrigues Godoi, falecido no dia 29 de agosto, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2759

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Durvalino Marques de Deus, aos 71 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2760

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Martinho Vichinhesk, aos 66 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2777

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, subscritor do presente, REQUER à Mesa Diretora, ouvido o douto Plenário, a inserção do registro nos Anais desta Assembléia do Paraná, de voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora Amélia Christina Pacheco, ocorrido na cidade de Maringá, no dia primeiro de setembro do corrente ano.

Que, da decisão, se dê ciência às autoridades constituídas da cidade de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

JUTIFICATIVA:

A dona Amelinha foi uma das primeiras professoras primárias da então Escola Isolada da Fazenda Santa Isabel, berço da colonização do município de Santa Isabel do Ivaí, nos idos de 1953.

Avó, a professora Amelinha faleceu aos sessenta e seis anos de idade, deixando viúvo o seu companheiro, também pioneiro isabelense, o ex-cartorário e fazendeiro Ney Valentim Netto e, na orfandade, os filhos Marcelo, Vânia e Márcia.

Amélia Christina consta nas páginas da história da cidade de Santa Isabel do Ivaí, pelo exercício do magistério nos difíceis anos de sua fundação e ainda por ser filha do casal Amélia e Alberto Campos Pacheco, gerente da Companhia de Abastecimento de Santa Isabel S/A, a

Casisa e proprietário do primeiro cinema da região, o antigo Cine Santa Isabel.

REQUERIMENTO Nº 2756

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam encaminhados à Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná (AERP) votos de congratulações pela posse da nova diretoria.

A nova diretoria tomou posse neste mês e ficará à frente da AERP na gestão de Dois Vizinhos. A AERP reúne emissoras de rádio e televisão de todo Estado e a chapa eleita pretende dar continuidade ao trabalho já desenvolvido e “implementar importantes forças-tarefas de interesse das emissoras”.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, parabenizar a nova diretoria e tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem, de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento e divulgação das coisas do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 2770

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, à empresa paranaense Conectiva.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) EDSON PRACZYK

JUTIFICATIVA:

A Conectiva é uma empresa paranaense fundada em 1.995, foi a pioneira na distribuição de Linux - programas de software livre no Brasil, além do desenvolvimento de soluções para a plataforma Linux. Da sua sede em Curitiba são enviados milhares de pacotes mensalmente destinados aos mais variados pontos do Planeta. Hoje, a Conectiva é responsável para que a América Latina seja um dos principais pólos de Linux no mundo, sendo o Brasil um dos países com um dos maiores índices de crescimento, alcançando em 1.999 uma evolução de 212%, com esse trabalho competente e determinado a Conectiva tornou-se a maior distribuidora do Brasil e a maior da América Latina e também a primeira distribuidora do Linux fora do eixo EUA-Europa-Japão.

Além da distribuição, a Conectiva desenvolve uma série de produtos e serviços adicionais relacionados ao software livre. O portfólio da empresa reúne manuais, kits de treinamento, revistas e ainda atua na área de consultoria, treinamento e suporte em toda a América Latina e também na geração de soluções corporativas. Com presença na área editorial, a Conectiva é responsável pela publicação de livros, guias e manuais, que garantem ao

usuário as informações necessárias para o aproveitamento total das potencialidades dos softwares de código aberto.

A Conectiva tem recebido vários prêmios do segmento de informática, entre eles: Destaque do Ano - Anuário Informática. Hoje como a melhor empresa em seu segmento, Prêmio Info 99 como melhor Sistema Operacional e Empresa Inovadora; Prêmio Info 98 como melhor Freware; TCINet destacou a Conectiva como melhor Software da Fenasoft 2000 e na Info 2000 nas maiores empresas de tecnologia do Brasil com o prêmio de maior crescimento da receita operacional e presença entre as 10 companhias com maior excelência empresarial.

Com isto posto, nada mais justo que consignar na Ata dos trabalhos desta Sessão nesta augusta Casa de Leis, um voto de congratulações a essa empresa paranaense que tem engrandecido o nome do nosso Estado pelo Brasil e pelo mundo.

REQUERIMENTO Nº 2774

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Sra. Maria Beurer Luders, pela comemoração de seu centenário, como representante da colonização germânica no Sul do País.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Sra. Maria Beurer Luders, no último dia 26 de agosto completou 100 anos de existência. A sua longa e saudável vida encerra um pouco da história do Brasil, do Paraná e de Curitiba.

Nascida na Alemanha em 1901, veio com a família em 1913 para o Brasil, a convite do Governo brasileiro que então desenvolvia programa de colonização. Fixando-se inicialmente no município de Castro, veio para Curitiba, onde trabalhou no restaurante da "Frau Kilian". Aos 17 anos casou-se com Germano Luders, proprietário de uma oficina de funilaria na Rua do Rosário. Seu marido, por sua vez, participou da história de Curitiba, fazendo as esferas de cobre que ainda hoje encontram-se no topo das torres da Igreja Basílica de Curitiba, além de ser um dos poucos proprietários de carros de passeio a circular pela capital naquela época.

Residindo, depois de casada, na Praça Tiradentes, em 1925, Maria e Germano mudaram-se para uma chácara no Bairro das Mercês, onde moram até hoje. Lá construíram uma casa de estilo germânico - conservada em ótimas condições até hoje - e ali passaram a criar pequenos animais, inclusive abelhas. Durante muito tempo Maria vendeu mel e leite, enquanto cuidava da casa, três filhas e um filho.

No tempo da II Guerra Mundial, Maria estava ao par das notícias ouvindo uma emissora de rádio alemã e

ainda hoje, com seus 100 anos, ouve as notícias do mundo para poder opinar e comentar com a família. Em anexo, um pouco de sua vida contada pela família à imprensa.

Maria Beurer Luders, é, sem dúvida, um dos poucos exemplos vivo daqueles que, vindo de outros países, com trabalho, respeito e muito amor, ajudaram a construir o Brasil, nosso Paraná e Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 2778

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Câmara Municipal de São João do Ivaí, pela Sessão Solene de reinauguração ocorrido no dia 24 de agosto do corrente ano.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2779

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Academia Paranaense de Medicina Veterinária - ACAPAMEVE, pela eleição de sua nova diretoria, ocorrida no dia 11 de agosto do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Basílio Itiberê, 356 - Jardim Botânico - Curitiba-PR, conforme segue:

Diretoria Executiva:

Presidente: Dr. Braz de Freitas Fernandes; Secretário: Dr. Jomar da Cruz Vieira de Souza; Tesoureira: Dra. Ingeborg Dorothea Weidner Cassiatiore Marenzi; Diretor Científico: Dr. Carlos Henrique Montanha Vianna; Diretor Patrimonial: Dr. Homero Rogério Arruda Vieira.

Conselho Fiscal: (Titulares)

Dr. Carmo Oliveira da Rocha; Dr. Natal Jataí de Camargo e Dr. João Maria Ferraz Diniz.

Conselho Fiscal: (Suplentes)

Dr. Fridolim Schlögel; Dr. Ítalo Minardi e Dr. Romildo Romualdo Weiss.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2757

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos do dia desta Assembléia, moção de apoio da Câmara de Vereadores de Céu Azul pela defesa da reabertura da Estrada do Colono, no Parque Nacional do Iguaçu.

A moção foi assinada por todos os vereadores, na Sessão do último dia 7 de março.

A presente proposição tem o objetivo de registrar nos Anais da Casa a manifestação dos legisladores daquele município.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) SERGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 2775

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, REQUER a V. Exa. o encaminhamento de cópia do documento enviado aos gabinetes deste Poder Legislativo pelo Fórum das Entidades Culturais de Curitiba, denominado “Moção de Repúdio” às autoridades abaixo especificadas, solicitando a manifestação das mesmas diante da gravidade das denúncias de desrespeito e prejuízos aos artistas que criam e produzem arte e cultura em Curitiba, com reflexos em todo o Paraná:

- Secretária de Estado da Cultura - Mônica Richbieter;
- Secretário de Estado da Comunicação - deputado federal Rafael Greca de Macedo;
- Prefeito Municipal de Curitiba - Cássio Taniguchi;
- Presidente da Câmara Municipal de Curitiba - João Cláudio Derosso.

A referida “Moção de Repúdio” tornada pública pela entidade citada, que é integrada por mais de 20 entidades culturais, entre essas citamos com seus representantes:

- Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Paraná - Yara Sarmento;
- Associação dos Produtores de Artes Cênicas do Paraná - Izidoro Diniz;
- Associação de Produtores Independentes de Música - Ragnihild Borgomanero;
- Associação Profissionais dos Artistas Plásticos do Paraná - Waltrude Sekula;
- Sociedade Brasileira de Autores Teatrais - Seção do Paraná - Jane D’Avila (filha dos grandes e saudosos artistas Deoci e Edson D’Avila);
- Associação de Preservação da Cultura Cigana - Cláudio Iovanotchi;
- Sindicato da Indústria Audiovisual do Paraná - Berenice Mendes;
- Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas no Estado do Paraná - Ana Carmem de Oliveira;
- Liga Cultural das Organizações Carnavalescas de Curitiba e Região Metropolitana - Saul D’Avila;
- Sindicato dos Empresários e Produtores em Espetáculos de diversões do Estado do Paraná - José Basso; é dirigida contra os “procedimentos arbitrários e ditatoriais” do atual presidente da Fundação Cultural de Curitiba, Cássio Chamecki que, descumprindo a lei, vem

causando prejuízos à arte e a cultura do Estado do Paraná como consta do manifesto.

- Sala de teatro e cinema abandonadas e fechadas para em breve serem privatizadas. Espaços culturais abertos para eventos não artísticos em detrimento de espetáculos locais. Cantores e músicos populares sem condições de trabalho pelas altas taxas cobradas para apresentação em espaços públicos sucateados. Os pequenos circos impedidos de atuarem na periferia. Manifestações populares, como o carnaval, discriminadas e sem efetivo apoio. Todas reivindicações legítimas, desdenhadas.

- Funcionários honestos e competentes, escanteados. Estruturas eficientes, destruídas. Porque desmontar a estrutura da Lei Municipal de Cultura, se não for apenas para fugir da responsabilidade de ter que responder pelas irregularidades cometidas enquanto produtor de espetáculos teatrais beneficiados por incentivos fiscais? De qualquer forma, arrogante excesso de força e medida no mínimo escandalosa.

Razão pela qual, solicita a manifestação das autoridades citadas a nível de Paraná e de Curitiba.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 2748

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Assembléia, votos de louvor à menor Lourdes Canan, residente no município de Planalto pela posição de destaque alcançada no mundo esportivo, na área Karatê-Inter Estilos, conquistando os títulos de Campeã do Mercosul, na modalidade Katá e 3º lugar na modalidade Komite, além do título de vice-campeã brasileira no ano de 2000, na cidade de Joinville- SC.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Com apenas 7 anos de idade, Lourdes Canan, filha de Francisco Antonio e Onilda Terezinha Canan, do município de Planalto, no sudoeste do Paraná, já é destaque como atleta do Karatê Inter Estilos, tendo conquistado o título de campeã do Mercosul, na modalidade Katá, e 3º lugar na modalidade Komite, em campeonato internacional, no qual participaram: o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, além do Chile, como convidado.

Já em 2000, Lourdes havia sido campeã brasileira em competição realizada na cidade de Joinville, Santa Catarina.

Além de manifestar nossos cumprimentos à jovem atleta e aos seus genitores, este requerimento pretende ser um incentivo para que essa menina continue a trilhar o caminho do sucesso e para que outros jovens se espelhem nesse exemplo.

REQUERIMENTO Nº 2766

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção na Ata dos trabalhos de voto de louvor à Empresa Eletrolux do Brasil S/A pelo recebimento do Prêmio Mérito Ambiental 2000.

A Revista Prêmio Paraná 2001 divulgada pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Humanos, pelo Instituto Ambiental do Paraná e pela Suderhsa - Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental e pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná, confirma a seriedade que o setor produtivo e a sociedade paranaense vêm dando às questões ambientais, através da concessão do Prêmio Mérito Ambiental 2000

Na categoria “Conservação de Energia” (ano 1999) foi premiado o trabalho “Refrigerador R360 - Desenvolvimento de Refrigeradores e Freezer com Tecnologia CFC Free” elaborado pelo técnico Rogério da Cruz Carvalho da Empresa Eletrolux do Brasil S/A.

Sendo assim, a Eletrolux, e seus técnicos merecem nosso reconhecimento pela importância que dá às questões ambientais.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 2767

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção na Ata dos trabalhos de voto de louvor ao Colégio João Paulo I pelo recebimento do Prêmio Mérito Ambiental 2000.

A Revista Prêmio Paraná 2001 divulgada pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Humanos, pelo Instituto Ambiental do Paraná e pela Suderhsa - Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental e pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná, confirma a seriedade que o setor produtivo e a sociedade paranaense vêm dando às questões ambientais, através da concessão do Prêmio Mérito Ambiental 2000.

Na categoria “Educação ambiental Formal” (ano 1999) foi premiado o trabalho “Curso Técnico em Meio Ambiente” elaborado pelos técnicos Eduardo Kuduavski e Carlos Roberto de Freitas do Colégio João Paulo I.

Sendo assim, o Colégio João Paulo I, e seus técnicos merecem nosso reconhecimento pela importância que dá às questões ambientais.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 2768

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, inserção na Ata dos trabalhos de voto de louvor a Empresa Cal Hidra Ltda, pelo recebimento do Prêmio Mérito Ambiental 2000.

A Revista Prêmio Paraná 2001 divulgada pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Humanos, pelo Instituto Ambiental do Paraná e pela Suderhsa - Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental e pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná, confirma a seriedade que o setor produtivo e a sociedade paranaense vêm dando às questões ambientais, através da concessão do Prêmio Mérito Ambiental 2000.

Na categoria “Micro e Pequena Indústria” (ano 1999) foi premiado o trabalho “Percepção Ambiental - A combinação de elementos ou sonhar com os pés na terra” elaborado pelo técnico Hugo Weber Júnior, da Empresa Cal Hidra Ltda.

Sendo assim, a Empresa Cal Hidra Ltda, e seu técnico merecem nosso reconhecimento pela importância que dá às questões ambientais.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 2784

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER seja encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, deputado Nelson Justus, ofício solicitando serviços de manutenção nas estradas estaduais abaixo relacionadas:

1) PR-160 - trecho compreendido entre a BR-369 e a Rodovia Charles Naufal, saindo de Cornélio Procopio, passando por Leopólis e Sertaneja;

2) Estrada que liga Sertanópolis a Bela Vista do Paraíso;

3) Estrada que liga Bela Vista do Paraíso a Porecatu;

4) Estrada que liga Porecatu a Centenário do Sul;

5) Estrada que liga Centenário do Sul a Mirassolva.

O referido pedido se justifica tendo em vista que a vegetação está invadindo a pista e obstruindo as canaletas laterais. Isso diminui a visibilidade e nos dias de chuva esta escorre pela pista, tornando a estrada mais perigosa e aumentando a probabilidade de ocorrer acidentes.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 2750

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à TV Paranaense, Canal 12, solicitando cópia da reportagem levada ao ar no dia de ontem, contendo denúncias de uso indevido dos equipamentos do Corpo de Bombeiros-Polícia Militar na realização de pescaria na região de Foz do Iguaçu.

A apresentação do presente requerimento visa esclarecer os fatos, haja vista a repercussão negativa da notícia e a responsabilidade que pesa sobre a Assembléia Legislativa, sendo também um poder fiscalizador dos atos da administração pública e da correta utilização de seus equipamentos, neste caso referindo-se àqueles que deveriam ser utilizados especificamente para zelar pela segurança da população.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2765

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Dr. Ramiro Wahrhaftig solicitando informação acerca das Universidades Estaduais, conforme abaixo:

- Valor dos investimentos nos últimos 6 anos;
- Qual a receita mensal recebida pelas Universidades Estaduais;
- Qual o valor dos convênios estabelecidos pelas Universidades;
- Qual o número de funcionários (professores e administração) e seus respectivos salários;
- Número de alunos (por universidade/campus);
- Número de cursos (por universidade).

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 2771

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Ramiro Wahrhaftig, Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), solicitando a viabilização de concurso público para professor do Curso de Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo, na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Nossa solicitação está baseada em informações do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Ponta Grossa que relatam a situação dramática por que está passando.

Requer, ainda, que após a decisão do Plenário seja enviado cópia deste requerimento ao Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, localizado na Praça Santos Andrade s/nº CEP 84.010-790 - Ponta Grossa - Paraná.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 2773

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Assembléia Legislativa do Estado da Carta de Campo Largo, redigida pelos membros da Associação Sul Brasileira das Pequenas Concessionárias de Energia Elétrica, no Seminário “Uma Luz Para o Futuro”, realizado no município de Campo Largo, nos dias 29 e 30 de agosto do corrente.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 400/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam isentas do pagamento de taxas, emolumentos e custas aos Cartórios de Distribuição e de Registro de Títulos e Documentos, as Associações Comunitárias de Moradores, de Amigos de Bairros, Clube de Mães, e demais congêneres, por ocasião do registro de seus atos constitutivos, suas alterações posteriores, livros e atas.

Art. 2º - Não são alcançados pela isenção estipulada no artigo 1º, os pedidos de segundas vias dos referidos documentos.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

As Associações de Moradores, de Amigos de Bairros, os Clubes de Mães, e as associações congêneres, na sua essência, não possuem remuneração, como também não são gratificadas para exercerem suas atribuições, porém, prestam inegável e reconhecidamente, incontáveis serviços de grande alcance social.

PROJETO DE LEI Nº 401/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os programas habitacionais financiados pelo Governo do Estado, através da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR -, reservarão 5% (cinco por cento) das moradias para atender policiais militares e policiais civis, na ordem de 2,5% (dois e meio por cento) para cada categoria.

§ 1º - Resultando o percentual de casas reservadas em número ímpar, serão beneficiadas as duas categorias, alternadamente, com a moradia que exceder.

§ 2º - Os policiais militares poderão optar pelo desconto em folha de pagamento das parcelas do financiamento habitacional.

Art. 2º - O acesso ao benefício desta lei independe da comprovação do tempo de residência no município.

Art. 3º - A COHAPAR manterá cadastro específico para os policiais militares e civis, com renda mensal até 08 (oito) salários mínimos.

Parágrafo Único - Não havendo policial militar ou civil interessado, a COHAPAR poderá sortear as moradias entre os demais cadastrados naquela entidade.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A COHAPAR, ao selecionar famílias para os programas de financiamento do programa Casa Feliz, dá preferência à família com filhos menores, que não possua casa própria e que não tenha sido beneficiada com financiamentos do sistema financeiro da habitação, federal ou estadual. Contudo, a exigência de tempo mínimo de residência no município nem sempre pode ser cumprido pelo policial que, em razão do exercício da função, é constantemente transferido.

A moradia própria é sonho de muitos policiais que, em razão dos baixos salários, e da competição no momento dos sorteios das casas muitas vezes fica inviabilizado. O objetivo deste projeto de lei é conferir aos policiais maior tranquilidade com a reserva de unidades habitacionais, reduzindo o universo de pessoas aptas a adquirir as moradias reservadas.

A habitação é preocupação das famílias e de todos os governos, sem exceção, mas o déficit habitacional também é uma constante e a forma de amenizar um pouco dos transtornos impostos aos policiais seria essa reserva. É preciso destacar, ainda, que os policiais, sujeitos ao regime jurídico único, não têm FGTS, o que lhes reduz a possibilidade de competir com os trabalhadores sob o regime da CLT.

PROJETO DE LEI Nº 402/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário ao Bispo Diocesano de Foz do Iguaçu, Dom Olívio Aurélio Fazza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de 14 municípios do Oeste, que compõem sua região de atuação.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Desde a criação da Diocese de Foz do Iguaçu, pelo Papa Paulo VI, em 1978, Dom Olívio Fazza está à frente das dezenas de paróquias e religiosos que representam a Igreja Católica na região Oeste. Além de Foz, compõem a diocese os municípios de Céu Azul, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Santa Helena, Missal, Santa Terezinha de Itaipu, Ramilândia, São José das Palmeiras, Vera Cruz do Oeste, Diamante do Oeste, Serranópolis do Iguaçu e Itaipulândia, somando mais de 400 mil habitantes.

Sua participação em assuntos que envolvem a comunidade tem sido decisiva para dirimir conflitos, como por exemplo, nas negociações entre a Itaipu e os proprietários de terras alagadas para formação do Lago.

Sempre atuante e justo, Dom Olívio é motivo de orgulho para as comunidades dos municípios abrangidos pela Diocese de Foz do Iguaçu e merecedor de tão justa homenagem. Seus 76 anos de vida é um exemplo vivo da dignidade com que trata seus párocos.

PROJETO DE LEI Nº 403/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar ao município de Jaguapitã, imóvel pertencente ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, localizado no lote de terra nº 07 da quadra 30, da Planta Geral do município de Jaguapitã, com área de 615,06m², matriculado sob nº 5206 do livro nº 02 do Registro de Imóveis da Comarca de Jaguapitã.

Art. 2º - O imóvel a que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado pela Prefeitura Municipal de Jaguapitã, para instalação de um Centro de Educação, para atender pré-escola e ensino de 1ª a 4ª séries, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se automaticamente, sem efeito, revertendo imóvel e as benfeitorias que porventura venham ser edificadas, ao patrimônio do Estado, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

Com tal propositura pretendemos sanar uma necessidade urgente do município de Jaguapitã, que hoje atende no ensino fundamental cerca de 793 crianças.

Com a doação do imóvel e a construção do Centro de Educação a população será beneficiada com pré-escola e ensino de 1ª a 4ª séries, uma vez que o município encontra-se carente de espaço físico para abrigar a demanda escolar que hoje ultrapassa 250 crianças.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres pares, com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 404/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar ao município de Jaguapitã, os lotes de terras nº 11 e 12 da quadra 67, da Planta Geral do município de Jaguapitã, localizado à Avenida Bandeirantes, nº 689, com pequena edificação em alvenaria, com área de 1.120m², com registro no Registro de Imóveis da Comarca de Jaguapitã.

Art. 2º - O imóvel a que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado pela Prefeitura Municipal de Jaguapitã, para instalação de Creche, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se automaticamente, sem efeito, revertendo imóvel e as benfeitorias que porventura venham ser edificadas, ao patrimônio do Estado, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O município de Jaguapitã possui uma população de cerca de 12 mil habitantes, e atende hoje em cinco locais distintos um total de 221 crianças, em seu sistema de creches municipais, onde são desenvolvidas diversas atividades e atendimento de pré-escola.

Com a doação do prédio, a Prefeitura Municipal pretende reformá-lo e ampliá-lo para expandir o atendimento de Creche para crianças na faixa etária de 03 a 06 anos de idade, cuja demanda ultrapassa o número de 200 crianças, beneficiando várias famílias de baixa renda, cujas mães necessitam da creche para que possam trabalhar, tendo assim a segurança de seus filhos garantida.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 405/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Apoio e Reabilitação dos Portadores de Fissura

Lábio-Palatal de Londrina e Região - CEFIL, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Apoio e Reabilitação dos Portadores de Fissura Líbio Palatal de Londrina e Região - CEFIL, fundado em 17 de fevereiro de 2000, é uma sociedade civil sem fins lucrativos e está localizada no município de Londrina - Estado do Paraná.

Possui caráter social, de duração indeterminada, tendo por finalidade, o desenvolvimento de programas prioritários de apoio e assistência social, intercâmbio e prestação de serviços com hospitais e outros serviços especializados aos seus assistidos em processo de habilitação e reabilitação, dentre outros.

Pela importância de seu trabalho, junto às pessoas portadoras de fissuras lábio-palatais e à comunidade em geral, conforme indicado nos documentos em anexo, solicitando a declaração de Utilidade Pública da instituição.

PROJETO DE LEI Nº 406/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Tia Lúcia, com sede e foro no município de Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A Creche Tia Lúcia, é uma entidade civil sem fins lucrativos, constituída em 05 de março de 1998, com sede e foro no município de Curitiba-PR, localizada à Rua José Casemiro Stenzowski, nº 50 - Novo Mundo.

É uma instituição de caráter filantrópico, puramente caritativo, prestando assistência social, médica, educacional, hospitalar e dar assistência aos menores órfãos e abandonados.

Em anexo: Estatuto, Ata de Fundação, de 05.04.99, Certidão Liberatória e a Declaração de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei Municipal nº 9.983, de 29.09.2000.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao deputado Eli Ghellere.

O SR. ELI GHELLERE

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados.

Aos nossos visitantes de Imbituva, a Escola Rui Barbosa, os nossos cumprimentos.

Uso a tribuna no dia de hoje para fazer um pequeno comentário sobre a questão social por que está passando o Oeste do Paraná.

Nesta semana iniciamos a comemoração da semana da Pátria e é importante salientarmos que lá na Região Oeste do Paraná, no extremo Oeste, existe um grande número de pessoas que estão completamente fora do sistema que foi colocado neste governo.

O meu município de São Miguel do Iguaçu, a região de Medianeira, Santa Terezinha do Itaipu e Foz do Iguaçu passaram por uma transformação muito grande nos últimos vinte anos. Onde a mão-de-obra, na época a agricultura, era muita intensa. Tinha município com 50 até 70 mil habitantes. Com a chegada da mecanização agrícola essa mão-de-obra foi tirada do campo; os nossos irmãos foram se alojando no Mato Grosso, no Paraguai e em outros lugares do País. Com o passar do tempo, nosso vizinho, o Paraguai, também teve a sua agricultura mecanizada. Isso fez com que as pessoas que foram trabalhar lá no Paraguai ficassem sem a mão-de-obra rural. E acabaram voltando para a nossa região; não tendo mais como trabalhar na agricultura porque a mecanização aqui estava tomada e a mão-de-obra desqualificada. Voltaram para cá e se alojaram no cinturão de pobreza das grandes cidades.

Essa é a constatação que faço nesta tribuna para chamar a atenção do Governo do Estado, do Governo Federal de que o problema social de Foz do Iguaçu não pode ser absorvido pelo município de Foz do Iguaçu. Tem que se ter um programa do Governo Federal para a geração de empregos e combater a miséria naquele município.

Senhor presidente, senhores deputados, estamos vendo como consequência desse fato social o aumento gradativo da criminalidade lá na região de Foz do Iguaçu. Já viemos a esta tribuna por várias vezes para alertar o secretário da Segurança, o governador do Estado e que tome uma posição séria, para que esse governo tome as posições necessárias para que a questão da segurança seja resolvida.

O que assistimos ontem à noite, hoje ao meio-dia na TV Paranaense, na Rede Globo de Televisão, foi uma verdadeira festa com o dinheiro público. O que vimos foi o Comando do Corpo de Bombeiros de Foz, convidando seus amigos, seus companheiros, para uma grande pescaria ali no Rio Paraná.

É um protesto que fazemos nesta tribuna; todos os pedidos que fizemos para melhoria da segurança em Foz do Iguaçu, não foi ouvida, o que tivemos foi a grande festa no Rio Paraná, com a pescaria do Corpo de Bombeiros.

Estou encaminhando um requerimento à Mesa para que solicite ao Canal 12, à Rede Globo de Televisão,

uma cópia da fita com a reportagem que passou ontem à noite no Jornal Nacional e hoje ao meio-dia no jornalismo da TV Paranaense, para que possamos tomar as providências necessárias, nesta Casa de Leis.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Eli Ghellere, V. Exa. está usando o Horário da Liderança do PDT?

O SR. ELI GHELLERE

Estou no Pequeno Expediente.

Posso usar o Horário da Liderança, Luiz Carlos Zuk?

(Assentimento)

Concedo aparte ao deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Observei ontem no programa da Rede Globo, o Jornal Nacional, e fiquei estarecido com mais esse escândalo no governo Jaime Lerner. Só faltava o Corpo de Bombeiros se envolver em uso irregular do dinheiro público.

Deputado Eli Ghellere, o comandante do Corpo de Bombeiros de Foz do Iguaçu, com toda aquela mordomia, usando a caminhonete, usando viaturas, inclusive o próprio barco doado pela comunidade para prestar serviço à população de Foz do Iguaçu, para pescaria?

Também, segundo o Jornal Nacional, o próprio comando do Corpo de Bombeiros do Paraná estava presente naquela festa à custa do dinheiro público.

Então, fiquei pensando depois que assisti ao Jornal Nacional: só faltava o Corpo de Bombeiros se envolvendo em “maracutaia”! Porque a Polícia Militar já tinha sido envolvida, levado as jaquetas; a Polícia Civil está aí até o pescoço atolada em denúncias de desvio de atitudes, além de todo o resto do Governo do Estado. E o Corpo de Bombeiros, que é uma instituição a que muito consideramos pelo serviço que presta, infelizmente, ontem foi desonrado pela atitude de alguns chefes, de alguns comandantes.

O pedido de V. Exa. é um pedido fundamentado, coerente, que tem que ser aprovado nesta Casa, mas também tem que ser chamada a atenção, não só lá de Foz do Iguaçu, porque o exemplo vem de cima, e quem estava lá presente (e a Rede Globo estampou para o Brasil inteiro) era o comandante do Corpo de Bombeiros do Paraná, que fica aqui em Curitiba. Também tem que saber se não foi ele que determinou que fossem utilizados as viaturas, o carro, o barco do Corpo de Bombeiros e tudo aquilo que foi utilizado, para fazer a festa com o dinheiro público.

O SR. ELI GHELLERE

Agradeço, deputado Nereu Moura, pelo aparte. É importante que deixemos registrado nesta Casa, que os nossos visitantes, também, tomem ciência do trabalho que os deputados vêm fazendo e sempre que acharmos que o Governo do Estado está agindo de forma errônea,

vamos ter a liberdade de usar esta tribuna e fazer as denúncias. E também sempre, deputado Nereu Moura, que achamos que o Governo do Estado estiver no caminho certo, teremos a humildade de vir aqui e elogiar os atos corretos.

Nesse mesmo sentido, gostaria de deixar registrado da tribuna, que o Corpo de Bombeiros de Foz do Iguaçu recebeu da comunidade de Foz do Iguaçu aquela lancha; ele recebeu aquele veículo, um Tempira, ele recebeu uma caminhonete "Hillux" que é para dar atenção não só à cidade de Foz do Iguaçu, mas a toda costa oeste.

Estamos entrando agora em um período que vai começar o "verão costa oeste".

Aqueles municípios da região, ao lado de Itaipu, sobrevivem durante um bom período, do verão costa oeste. É o turismo na região, que realmente interessa.

E todos os anos, deputado Nereu Moura, nós vemos o Corpo de Bombeiros com dificuldades para dar atenção, principalmente na questão de guarda-vidas, naquela região.

Todos os anos, vemos as prefeituras tendo que fazer "às vezes" do Estado para fazer a função dos guarda-vidas.

Então, quero solicitar ao Governo do Estado, que olhe à nossa Região Oeste do Paraná com mais carinho, que vamos resolver a questão da segurança do Oeste do Paraná, e que vemos de vez, acabar com aquele problema, da festa do Corpo de Bombeiros, que tenho certeza que está lá para fazer a segurança da nossa população.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pequeno Expediente, deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Excelentíssimo senhor presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, deputado Hermas Brandão, excelentíssimos deputados estaduais, senhoras deputadas.

Subo a esta tribuna hoje, para falar de um projeto importante na vida do Estado, das nossas famílias, do pai, da mãe, dos nossos filhos; de um projeto que é o exemplo no Paraná, no Brasil e exemplo lá fora.

Semana retrasada, estivemos no município de Iretama juntamente com os deputados Edno Guimarães, Miltinho Pupio; senhor presidente, estivemos junto com o secretário da Habitação, o senhor Rafael Dely, com prefeitos da região da Concam, inaugurando mais uma Vila Rural; 90 famílias receberam as suas casas.

E quero testemunhar que é um dos projetos sociais aonde o Governo estende a mão ao trabalhador, e as famílias serão felizes. Porque as vilas rurais, hoje eu posso dizer, senhores deputados, eu que fui prefeito, fui vereador e sou deputado pela 2ª vez, o projeto da Vila Rural, é um sinônimo de nobreza.

Dá gosto de visitar as vilas rurais, da Região Central do Paraná que é a Concam, onde as famílias vivem felizes; elas têm o seu canto de terra, de 5000 metros quadrados, uma casa construída com 42 metros quadrados, onde vivem felizes com os seus filhos.

Qual é o Estado do Brasil que tem um projeto como esse do governo Jaime Lerner? Estender a mão ao trabalhador! Isso que é um sentimento de humanidade! Isto que é sentimento de um governo que tem o coração voltado àqueles mais carentes.

O Governo do Estado do Paraná, Jaime Lerner, e a Secretaria da Criança, da Fany Lerner, a Secretária da Agricultura, e a nossa Cohapar do Rafael Dely, são 401 vilas rurais no Paraná. São mais de 15 mil famílias beneficiadas com esse projeto social.

Só na região da Concam, deputado Edno Guimarães, são 44 vilas rurais, e, quando se diz que o nosso Governo gasta em propaganda, ele tinha que mostrar a alegria e a felicidade de um pai de família, que planta o seu arroz, o seu feijão, o seu tomate, que tem o seu porco, a sua galinha.

Outro dia eu vi, através do Paraná Rural, em um programa de televisão da Tibagi, um chefe de família com o coração agradecido, elogiando o governo do Paraná por esta atitude.

Por isso, senhores deputados, nessa inauguração onde estivemos, juntamente com o Rafael Dely, com o deputado Miltinho Pupio, com o deputado Edno Guimarães, é que eu testemunho aqui nesta Casa, nesta Assembléia, porque nós, na verdade, somos os verdadeiros representantes do povo do Paraná. E eu, que represento a região Central do Paraná, de Campo Mourão, da Concam, região Central do Paraná não poderia de forma nenhuma deixar de vir aqui, para elogiar um programa importante, que até os Estados Unidos, enfim, o resto do mundo, têm privilegiado e têm tecido do Governo do Paraná os maiores elogios e comentários. E nós que somos do Paraná, eu que sou um deputado eleito duas vezes junto com o Governo do Paraná, jamais poderia deixar de vir a esta tribuna, para aqui dizer do contentamento dos pais, das famílias da Vila Rural, da minha região.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Ainda no Pequeno Expediente, deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

No dia dezoito de setembro a CPI do Senado que investiga as Ong's, está nos convocando, juntamente com a Fundação O Boticário, a Proteção de Natureza SPVS, In Natura y Conservation e a América Eletro Pow em Brasília.

Aqui está a agenda das auditivas da CPI do Senado, que ouve também parlamentares do Mato Grosso, de Roraima, enfim, do Brasil inteiro.

A CPI do Senado deve ser uma das CPI's que mais devem chamar a atenção do mundo inteiro, sobretudo no Brasil. Estava hoje lendo o jornal Gazeta do Povo, e está lá estampado: a Texaco libera três milhões de dólares para preservação da natureza. Então essas multinacionais, esses grupos americanos estão vindo aqui, estão comprando as nossas terras, estão dizendo que estão investindo muito dinheiro em favor do meio ambiente. E nós vamos liberando! Nós vamos deixando!

Evidentemente, esse é um assunto que temos tratado muito de perto, na condição de presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa. E aqui quero fazer um comentário que se faz necessário: os deputados que compõem a Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, são muito atentos às coisas de interesses ambientais. Aliás, os deputados que compõem esta Comissão, têm estado presentes, sempre que convocados. E nós teremos agora mais uma convocação a ser feita à Comissão de Meio Ambiente, que trata da construção da termelétrica de Araucária.

O Paraná tem hidrelétrica, o governador disse que não precisamos ter medo, porque as nossas hidrelétricas não vão sair do Estado. Só faltava essa, trocar...

O Divanir Braz Palma, deputado que não gosta de ouvir certas coisas, pede para abaixar o som. É bom que o senhor escute, deputado. É bom!

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Gosto de ouvir verdades. O senhor está falando muito alto e está incomodando os meus tímpanos. Só por isso.

O SR. NEIVO BERARDIN

O senhor deve estar incomodado com os gritos do povo da rua!

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Não tenho medo do povo, não!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A palavra está assegurada ao deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Então, o governador disse: “- As hidrelétricas não vão sair daqui”.

Só faltava essa, as praias de Santa Catarina virem para o paraná e as hidrelétricas do Paraná irem para Santa Catarina! Ora! É evidente, a topografia do Paraná permitiu as usinas hidrelétricas! Agora, está em nossas mãos um projeto de lei que versa sobre a construção de uma termelétrica para gerar energia para Santa Catarina e para o Rio Grande do Sul. E nós temos que decidir essa

parada, primeiro, na Comissão de Meio Ambiente, depois, neste plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

No Grande Expediente, com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, prezados visitantes, mocidade que no dia de amanhã haverá de ocupar os lugares onde nós nos encontramos.

É boa essa convivência, onde desde a infância, da adolescência e principalmente da vocação, é que desperta, em diversas oportunidades, quando um ato é oferecido, principalmente àquele que de perto acompanha o que lhe é de interesse.

Mas, senhor presidente, quero referir-me à minha cidade de Ponta Grossa, e principalmente à região dos Campos Gerais.

Durante o processo da Copel, da votação neste plenário, tivemos diversas posições a favor do Governo e outras, como nós, a favor do povo do Paraná votando contra a privatização. Por que somos contra? Somos contra a venda da Copel porque ela demonstra, através das suas atividades, que é uma empresa a médio, a longo e quase a eterno prazo, enquanto o mundo for mundo, de ser uma das melhores companhias desse nosso Universo. Tem uma equipe técnica.

Nós formamos, junto com os 26 companheiros, incluindo a minha pessoa, diversas reuniões com pessoas ligadas ao setor energético.

Trouxemos neste plenário pessoas habilitadas que já foram presidentes da República, ministros senadores, deputados federais, deputados estaduais, lideranças de todos os segmentos, de todos os credos religiosos e nos convenceram, aos 26 parlamentares, de que a melhor posição a ser tomada era a de defender a Copel, e atender às futuras gerações, como essa que aqui se encontra para ter uma luz como essa que nós desfrutamos, que é uma luz social, uma luz de todo o povo paranaense.

Do outro lado, 27 deputados votaram pela venda da Copel, entre eles um colega nosso, de Ponta Grossa, o deputado Plauto Miró Guimarães, posição que nós respeitamos, posição que lá na nossa cidade de Ponta Grossa e na nossa região dos Campos Gerais, foram anunciadas diversas etapas a serem concluídas daquelas pendentes, como estradas, como atenção à educação, à saúde, ao social, de um modo geral, e principalmente uma atenção a essas crianças que aqui se encontram e adolescentes, com a implantação na nossa Universidade Estadual da cidade, do curso de medicina.

Procuramos nos inteirar como está a radiografia da nossa instituição maior de ensino. Participamos das reuniões com os funcionários e principalmente com o Anto-

nio Tomal, que é o presidente da Sintesp, que reúne todos os funcionários da nossa instituição maior de ensino. Salário defasado, gente que não almoça, toma café pela manhã, vai para a universidade, trabalhar e só tem o dinheiro da passagem, não tem comida, não tem assistência à sua família, um salário que há sete anos não tem aumento nenhum e nós, no meio deles, lá ouvindo e trazendo aqui o que nós ouvimos.

Naquela oportunidade da visita, falavam eles que no dia 30 aqui estariam em Curitiba, como estiveram para mostrar para o governador que os funcionários da instituição não são contra a implantação do curso de medicina, que precisam de comida para seus filhos, de remédio para sua família e de um salário digno.

Mas eu falava dos senhores funcionários que vieram a Curitiba, juntamente não com Ponta Grossa, mas com todas as Universidades Estaduais do Paraná e mais as faculdades isoladas trazendo os servidores. Junto a eles estavam professores aposentados, professores da ativa e principalmente alguns estudantes da Universidade. Foi montado um plano, já que o governo não atendeu às reivindicações deles, o governador não os recebeu. Quem recebeu a comissão foram dois secretários de Estado que não têm competência alguma para resolver aquelas reivindicações apresentadas a não ser tirar fotografia e dizer que a comissão entrou dentro do Palácio e esses estudantes vendo que alguma coisa a mais tinha que ser feita, assim o fizeram: os estudantes de Ponta Grossa, depois de uma assembléia geral de três mil estudantes universitários, invadiram o gabinete do Reitor Meri, da nossa universidade e exigiram o apoio do Reitor, nobre deputado Hermas Brandão, tinham um abaixo-assinado para ser entregue ao nosso secretário Ramiro Wahrhaftig e o Reitor não queria assinar por que na oportunidade disse que perderia a autonomia universitária.

A pressão foi tanta que o Meri foi convencido pelos estudantes presentes no seu gabinete e aqui está a fotografia, que num sentido ordeiro, mas num sentido de reivindicar o que é direito, lá estavam os estudantes reivindicando, não o curso de medicina, mas reivindicando o curso, o preenchimento de seus cursos de professores e principalmente o meio pelo qual esses cursos que lá já existem, tenham condições de continuidade, porque é uma aberração, senhor presidente, senhores deputados, não tem dinheiro para papel higiênico, não tem dinheiro para a limpeza, não tem dinheiro para professor algum? Aqui, os próprios estudantes têm apontado vacância de professores, que não são contratados. Não tem dinheiro nenhum; e o governo mentindo que vai implantar o curso de medicina, que nós não somos contra, mas queremos, que ele dê condições, primeiro, aos cursos já existentes. E, em nome dos estudantes, dos servidores e professores, iríamos apresentar a esta Casa, um requerimento pedindo com que isso realmente fosse alcançado.

Em conversa com o líder do governo, o ilustre deputado Durval Amaral, tivemos dele o apoio às reivindicações, que não são do Luiz Carlos Zuk, são da cidade

de Ponta Grossa, da Universidade Estadual, que abrange toda a região dos Campos Gerais. O nosso colega Durval Amaral pronta e solicitamente fez com que o secretário Ramiro Wahrhaftig tivesse conhecimento, não daquilo que ele não quis receber, quando aqui vieram os servidores das instituições, menos dos professores. Mas, agora, o secretário de Ciência e Tecnologia em ensino superior tem em mãos a defasagem da minha cidade de Ponta Grossa, da nossa instituição e tem em mãos a reivindicação de todo o Estado do Paraná.

Eu não poderia me furtar, senhor presidente, senhores deputados, de agradecer a espontaneidade do ato, com que o deputado Durval Amaral, assim se prontificou.

Mas também quero, nesta tarde, dizer que a faculdade de medicina - queremos ver para crer -, se não tem dinheiro, agora, para a funcionabilidade da instituição, como é que o curso que é um curso técnico, que é um dos mais caros do Brasil, um curso onde tem que ser implantado um hospital universitário e hoje, pela manhã, ainda saindo da minha cidade, ouvia na emissora, rádio-difusora, que dezoito pacientes se encontram no pronto-socorro, esperando uma vaga na UTI dos cinco hospitais que possuímos.

É brincadeira! A construção de um hospital universitário não se faz em um dia, nem em trinta dias e muito menos em noventa dias. Já andaram faltando com a verdade, de que no próximo ano, no mês de julho será implantado o curso de Medicina, fazendo-se o seu primeiro vestibular. Brincadeira tem hora!

Brincar com a consciência do povo, brincar com a consciência dos estudantes que querem fazer o Curso de Medicina, pode justificar o voto pela venda da Copel de qualquer maneira, mas faltando com a verdade. Não há meio exequível! Não tem maneira com que o curso seja implantado! E além daquele que votou favoravelmente, à venda da Copel, que é o nosso colega desta Casa, a falta da verdade, vem do Palácio Iguaçu, na pessoa do mais alto mandatário do Estado do Paraná, que é o governador Jaime Lerner.

Parece-me aquilo que todos nós conhecemos na nossa infância, que era aquele boneco Pinóquio, que quanto mais mentia, mais aumentava o seu nariz. O governo que aí está, principalmente, o governador, se ele fosse o Pinóquio, o seu nariz já estaria adiante de Ponta Grossa, de tanta mentira que ele tem pregado no Estado do Paraná, como esta implantação do curso de medicina na nossa cidade. É um pinóquio.

Nós devemos realmente fazer com que a verdade seja ela colocada, e a colocação é essa, não há meio para que o curso de medicina no próximo ano seja ali implantado, e mesmo assim acreditando, porque somos favoráveis ao curso, fomos novamente ao deputado Durval Amaral e perguntamos: deputado Durval Amaral o senhor pode nos oferecer o meio pelo qual e a maneira com que este curso pode ser viabilizado? E o deputado Durval Amaral se prontificou a trazer até nós, e nós volta-

remos a esta tribuna para mostrar a verdade dos números no próximo orçamento e nos outros orçamentos vindouros para implantação do curso de medicina na nossa cidade.

Esse é o primeiro assunto, o assunto do pinóquio e o assunto da faculdade de medicina da nossa cidade e da nossa região.

O segundo, senhores deputados, senhor presidente, é um assunto tão sério quanto este: refere-se ao pedágio. Ponta Grossa, 100 km, dois pedágios para pagar; Palmeira, mais perto de Curitiba, 80 km, dois pedágios para pagar.

Podem falar o que quiserem, a verdade sempre está faltando. Mas São Paulo tem pedágio? Claro que tem pedágio, tem pedágio em um único sentido, o Rio Grande do Sul tem pedágio, claro que tem pedágio, por quê? Porque é num sentido o pedágio no Rio Grande do sul.

Nós estivemos recentemente em Mato Grosso numa reunião e fomos de carro, pagamos só a ida do pedágio em São Paulo, a volta é livre. E algumas outras estradas que nós passamos, é só a vinda que paga, a ida é livre.

Mas o que nós queremos nos referir ao pedágio é que alguma coisa esta Casa vai ter que fazer.

Falam agora, dois dias depois da venda, da preta venda da Copel, falam do pedágio daqui de Curitiba ao litoral catarinense, estrada feita com o suor, com o sangue, com o trabalho, com a dedicação dos governadores do Estado e do povo do Paraná, nenhum tostão de firma, nenhuma, nenhuma obra de arte que é muito cara ali na Serra do Mar, nenhuma foi construída para particular nenhum.

Agora vão entregar, como entregaram, essas estradas, a Rodovia do Café a nossa ligação com o corredor do Porto de Paranaguá e com Foz do Iguaçu, com o Norte do Estado, vão entregar também com a nossa saída para São Paulo, por Itararé, vão entregar, como entregaram isso de graça, capinando estrada, pintando faixa, e não fazendo um metro de asfalto!

Aparte, com a palavra o deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

V. Exa. tem abordado diversos assuntos de interesse do povo do Paraná.

Pedi-lhe um aparte para falar sobre uma notícia que a Gazeta do Povo publicou hoje, e que acaba de ser confirmada no Brasil inteiro, e que se transforma essa notícia num pesadelo para o Estado do Paraná.

O presidente da Chrysler anunciou hoje, ao meio-dia, o fechamento da unidade de Campo Largo.

Aliás, essa empresa já estava paralisada há alguns meses atrás, mas o governador Jaime Lerner vinha alimentando a esperança de que ali iria se instalar a Chrysler, na Argentina, ou que ali se instalaria outra empresa fabricante de carros.

Criou-se essa expectativa e o governador alimentava essa ilusão de que não teria gasto 400 milhões de

reais, dos cofres públicos à toa, porque ali se geraria empregos e esse programa de atração de montadoras não seria um fiasco.

E hoje, ao meio-dia, o presidente da Chrysler mundial anunciou definitivamente o fechamento da planta de Campo Largo, o que significa, deputado Luiz Carlos Zuk, uma notícia cruel para o Paraná. O Estado do Paraná que investiu, segundo informações, 400 milhões de reais, em incentivos diretos, fora os indiretos na Chrysler, agora fica sem o dinheiro, sem a indústria, sem os empregos, e o Paraná fica com o mico na mão, assim como ficou com os micos dos precatórios, o mico das dívidas do Banestado e por aí a fora.

Então aproveito esse pronunciamento que V. Exa. faz, para comunicar aqui, também, ao Plenário da Assembleia Legislativa, essa triste notícia para o povo do Paraná.

Mais um rombo dos cofres públicos; mais uma decisão infeliz revelada ao povo do Paraná, pelo governador Jaime Lerner; mais um investimento de triste memória; mais um desperdício com o dinheiro público; mais uma infelicidade para o povo do nosso Estado, hoje confirmada pelo presidente da Chrysler do Brasil, do mundo, determinando o fechamento da planta de Campo Largo.

Esse era o aparte que queria fazer ao seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

(Lê):

“O pedágio terá um novo aumento no Paraná, mesmo com os milhões já arrecadados pelas concessionárias cujo pesado lucro foi mostrado em recente pesquisa; um novo reajuste nas tarifas vem aí”.

Com a palavra, o deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Luiz Carlos Zuk, V. Exa. levanta uma preocupação, que acho, deveria ser de todos nós, deputados estaduais.

Há dias atrás, o deputado Hermas Brandão, presidente da Casa, patrocinou uma ação para que o Governo do Estado não pagasse os títulos podres do Banestado.

Acho que caberia, deputado Hermas Brandão, uma ação por parte da Assembleia Legislativa, na questão da privatização da BR-376, porque, se nós recordamos, já desde o Governo Requião foram investidos, no mínimo, 150 milhões. Na época nós tínhamos equiparidade entre o real e o dólar, no mínimo de 150 milhões de dólares, entre o que foi investido no Governo Requião, no próprio Governo Jaime Lerner, para terminar a duplicação e no Governo do Álvaro, que iniciou. Nos últimos três governos!

Isso é dinheiro do Paraná!

Acho que caberia o ressarcimento por parte do Governo Federal, ao Estado do Paraná!

Acho que nós poderíamos aqui apresentar um projeto de lei que fosse de autoria de todos os senhores depu-

tados, porque não é justo que agora passe para a iniciativa privada, para que ela vá cobrar o pedágio, quando todos nós paranaenses investimos esses recursos na duplicação dessa rodovia.

O Sr. Algaci Tulio

Quero entrar na questão da Chrysler que foi citada agora há pouco e lamentar profundamente o que vai ocorrer e já está ocorrendo com o município de Campo Largo.

Um pouco antes de entrar no ar, na televisão, conversava com o prefeito Afonso Portugal Macedo; ele mostrava da sua preocupação com a notícia que ainda não era oficial naquele momento, mas que confirmou há poucos minutos atrás. Evidentemente que todos nós, eu reconheço até com toda a sinceridade de que uma das poucas e grandes obras foi a transformação de trazer essas empresas para o Estado do Paraná.

Agora, como fica o caso de Campo Largo, que investiu com infra-estrutura, com cessão de terreno, com terraplenagem, com alguma isenção de imposto, coisas parecidas, com a expectativa criada no município pela chegada dessa empresa, que certamente trouxe pessoas de outras partes do Paraná e até do Brasil, que lá se instalaram com essa expectativa do emprego, algumas empregadas, outras não? E como é que fica agora tudo isso para a cidade de Campo Largo? O prefeito deverá ter amanhã cedo uma reunião com diretores da Chrysler, para estudar uma saída.

Mas tenho, aqui nesta Casa, um projeto de lei de minha autoria. Tão logo surgiu a primeira hipótese de fechamento da Chrysler em Campo Largo, eu entrei com um projeto exigindo que, a multa cobrada pelo Governo do Estado, quando ocorre um fato como esse da Chrysler por não cumprir o que foi feito no seu protocolo de intenções, de permanecer aqui. Desativa a empresa e se ela tiver que pagar, realmente, a multa, que boa parte dessa multa será destinada ao município de Campo Largo, para recuperar essa infra-estrutura, esse prejuízo que terá agora, com a desativação dessa empresa.

Apenas queria fazer esse comunicado, entrar neste assunto, porque nos preocupa. Nós estamos constantemente em Campo Largo, de uma forma ou de outra, acompanhando a dificuldade que tem o prefeito Afonso Portugal Macedo e a sua preocupação maior em função desta indefinição: fica a Chrysler ou vai embora?

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o seu aparte. E faço também uma posição nossa, no pronunciamento do deputado Cezar Silvestri, envolvendo não só a Presidência, nem a Mesa Executiva deste Parlamento, mas todos os senhores deputados, no que concerne à entrega de mais de 150 milhões de reais, ou quase 200 milhões de reais entregues, como está sendo pretendido, a uma empresa particular para explorar o pedágio, entretanto tão somente com o ar da sua graça e a presença física no lucro. Acredito que nós, que temos a honra de sermos presididos pelo deputado

Hermas Brandão, também venhamos nesta oportunidade pedir a ele para que faça também, em nome desta Casa, a defesa do povo paranaense, neste novo famigerado pedágio que querem implantar em solo paranístico.

Quero, ao finalizar, senhor presidente e senhores deputados, dizer que as concessionárias dos lotes do Paraná tiveram e têm os maiores lucros de qualquer empresa que aqui se instalou. Aí está o demonstrativo feito dos seus balanços, entraram com o corpo e a coragem, fazendo empréstimo no exterior! E colocando, dentro dos demonstrativos apresentados a esta Casa, que não tiveram culpa, que quando emprestaram dinheiro, o dólar era 1 real por 1 dólar. E o dólar elevou o preço e eles tiveram prejuízo. Isso é brincadeira, deputado Orlando Pessuti, emprestam em dólar porque não têm dinheiro para se instalar, e depois querem jogar em cima do pedágio a alta do dólar, dizendo que não tiveram lucro!

Esses são outros pinóquios do Paraná.

O Sr. Orlando Pessuti

O que V. Exa. falou desde o início e reforçou agora no final, a questão do aumento da tarifa, a questão de se buscar em cima do usuário o dinheiro para fazer investimentos, isso é uma prática que vamos nos acostumar a observar em todo esse processo de privatização no qual o Brasil se afundou. Ou afundou-se!

Hoje de manhã, tivemos uma Sessão memorável, da CPI da Telefonia. Finalmente, depois de quase um ano de tentativas, aqui, apareceu Juan de Aviles, gringo que há 23 anos atua na América Latina, e que é o diretor superintendente da Telepar Brasil Telecom. E lá ficou evidenciado que todos estes investimentos que estão sendo anunciados, toda esta ampliação de atendimento, todos estes novos serviços, estão saindo do lombo do consumidor.

Segundo as anotações do deputado Ângelo Vanhoni, anteriormente se cobrava uma tarifa básica de 0,67 centavos de real. Palavras e afirmação do deputado Ângelo Vanhoni. E, hoje, está se cobrando ao redor de R\$34,00 de tarifa básica. Para quem tem mais de dois bilhões, em torno de dois bilhões e 400 mil assinantes, fica fácil V. Exa fazer uma conta e ver quanto se arrecada e que esta arrecadação, feitos os cálculos pelo deputado Tony Garcia, chega a praticamente um bilhão e duzentos milhões de reais por ano, o que é muito superior aos 670, 800 milhões que a Telepar Brasil Telecom está investindo, como investiu alguns anos atrás.

Uma outra questão que foi ali colocada com todas as letras e não tivemos a resposta, pela falta de consideração destas empresas multinacionais que vêm para cá, a falta de respeito e consideração que têm conosco, cidadãos brasileiros e paranaenses, quando nós fomos a Brasília, o Dr. Guerreiro, da Anatel, disse que não era mais permitido cobrar-se o aluguel do aparelho telefônico. E eles continuam cobrando a locação do aparelho telefônico, R\$158,00 por mês de cada um dos aparelhos. E, segundo dados também da diretoria da Telepar Brasil

Telecom, cobra-se ainda ao redor de 165 mil consumidores. É só multiplicar por R\$1,58 e ver quanto eles estão arrecadando, irregularmente. E todas as indagações que fizemos, em especial nós, o deputado Plauto, o deputado Vanhoni, o deputado Marcos Isfer, ficaram sem resposta. Ele sempre vinha na evasiva: “nós vamos fazer o levantamento, vamos falar com o consumidor”. Mas, todo aquele consumidor que reclama, eles simplesmente deixam de cobrar e não devolvem aquilo que ao longo dos últimos dois ou três anos, já receberam,

Então, veja V. Exa. como está acontecendo: está aí o caso da Chrysler, relatado pelo deputado Nereu: está indo embora; está aí o caso bem levantado pelo deputado Silvestri, de uma rodovia que foi duplicada pelo Governo do Estado do Paraná, com o dinheiro do Estado do Paraná e que agora o Governo Federal vai privatizar e não considera os interesses do nosso Estado. E, pedágio, como disse V. Exa., não é diferente. Quer dizer, todos os investimentos que estão sendo feitos, são feitos em cima dessa tarifa absurda que se cobra nas praças de pedágio do Estado do Paraná.

Ainda sobre a questão da energia elétrica, o deputado Caíto Quintana certamente vai falar sobre isto na sequência, de algumas notícias que estão aí circulando, de modificações do Governo Federal em relação às empresas estaduais. Quero apenas deixar registrado no seu pronunciamento, que é um pronunciamento que coloca todas as indagações em cima desse processo de privatização.

Li no jornal, hoje, que o governador Esperidião Amin, junto com a Federação das Indústrias de Santa Catarina, junto com as associações, junto com todos os segmentos produtivos, assumiu de peito aberto a luta contra a privatização da Celesc. O governador Esperidião Amin, é da base do Governo Fernando Henrique. E, além de “peitear”, vamos dizer assim, a privatização da Celesc, não aceitando em hipótese alguma que ela viesse a ser privatizada - e olha que a Celesc não é auto-suficiente na geração de energia que consome. Ela consome energia da Gerasul, antiga Eletrosul, consome energia que vem do Rio Grande, da Argentina, daqui do Paraná. E o governador Esperidião Amin, diferentemente da forma como age o governador Jaime Lerner, aqui no Paraná, vai retomar os investimentos para término de quatro usinas hidrelétricas que estão paralisadas. Aqui no Paraná, conforme disse o deputado Neivo Beraldin, o absurdo dos absurdos, aqui se vende a hidrelétrica, se vende a Copel com a geração a partir dos rios e começa-se a investir numa termelétrica que nós precisamos.

No momento oportuno nós vamos querer saber um pouco mais a respeito desta termelétrica, porque do jeito que está aqui o projeto, eu confesso que não tenho tranquilidade para votar neste projeto.

Cumprimento V. Exa. despulpe-me ter alongado mais a análise que faz, deixa claro que essas privatizações não estão dando certo e o futuro mostrará o equívoco que se cometeu no Brasil e que está se cometendo aqui no

Paraná em defender a privatização, como alguns deputados vêm defendendo, e que vão se arrepender amargamente no futuro, de terem cometido este crime contra o povo do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, encerrando, queria tão-somente dizer que o Governo do Estado anunciou alguns números. No próximo orçamento, um valor, e posteriormente até o ano 2003, 2004, investimentos para implantação para o curso de Medicina na nossa cidade. Investimentos estes que têm que ser aprovados por esta Casa e que terão de nós o respaldo, para que assim aconteça. O Governo do Estado, também, anunciou na nossa cidade, a construção de novas celas no nosso presídio Hildebrando de Souza, mas infelizmente lá está a super lotação e neste último final de semana tivemos uma rebelião, onde um investigador que cuidava do setor de custódia dos presos, foi pego como refém e graças à habilidade das Polícias Civil e Militar, conseguiram tirar com vida, com alguns presos machucados e alguns policiais.

Então, tudo que está se passando, senhor presidente é para o futuro, mas o presente é urgente, as coisas necessárias têm que ser feitas e uma das coisas necessárias a serem feitas no setor de Segurança, além de carros, de equipamentos, é a remoção daquele presídio que comporta hoje quase 140 detentos, quando da sua construção foi feito tão-somente para 80 presos correccionais e apenas os que ali devem ser destinados.

Encerro este meu pronunciamento, dizendo que sou contra qualquer tipo de aumento do pedágio do Paraná e acredito que o presidente e esta Casa haverão de tomar medidas para que não seja privatizado este trecho que liga ao Estado de Santa Catarina, que tão caro, tanto sacrifício, tão oneroso foi para os ex-governantes e para todo o povo do Paraná, através do pagamento dos seus emolumentos tributários.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário das Lideranças. PL, PSB, PSC, PST, PSL. (**Declinaram**)

PPS, deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O que me traz a tribuna na tarde de hoje, são dois assuntos. Primeiro a questão levantada pelo deputado Luiz Carlos Zuk, eu acho que é de fundamental importância, para que a Casa realmente tenha uma ação positiva, principalmente partindo de nós, deputados, ou da Oposição ou do Bloco Independente.

Fica claro nesta ação nossa, deputado Zuk, que nós não queremos fazer com que o Governo não tenha condições de governar o Estado. A questão da governabilidade, na medida que nós nos preocupamos com os recursos do Governo do Estado, e o grande beneficiado, se nós mon-

tarmos uma ação neste sentido, será o próprio Governo do Estado. Os recursos virão agora, se formos vitoriosos, para o Governador Jaime Lerner. E a outra questão que me traz, eu acredito que nós temos que montar esta ação, como eu disse, onde todos os deputados, independente de Situação ou Oposição deve assinar, seria um projeto da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

E o outro assunto que me traz à tribuna na tarde de hoje, são as declarações feitas pelo governador Jaime Lerner e também pelo porta-voz do governo, hoje secretário Miguel Salomão.

Há dias atrás assistindo um programa no domingo à noite, ouvi o secretário Miguel Salomão falando sobre a questão da privatização da Copel. Fiquei estarelecido, e tenho certeza absoluta que todos aqueles que amam o Estado do Paraná também ficaram. Ouvimos o secretário destruir publicamente uma empresa como a Copel. Eu, como engenheiro civil, acompanhei na UFPR todo o trabalho feito na construção da Copel nos últimos vinte anos. Tenho também conhecimento da história da questão da Copel, que iniciou-se em 1954.

Todos que assistiram àquele programa questionaram: será que o secretário Miguel Salomão é paranaense? Tem amor por esse Estado? Será que ele esquece que quem designou o presidente da Copel foi o governador Jaime Lerner? Ele dizia que a Copel é uma empresa impiedosa, que cobrava uma das tarifas mais caras do País; que a Copel não fazia nenhum programa na área social; que teve um lucro de 430 milhões e que poderia ter um lucro muito maior, se fosse bem administrada. Também disse que a tarifa não é imposta pelo Governo do Estado, pelo presidente da Copel e que é imposta pela Aneel. Depois de não ter mais resposta, dizia que daqui a dois anos - e isso o governador Jaime Lerner também está falando que é uma falta de respeito total à população paranaense - que em 2003 qualquer consumidor poderá comprar energia como compra gasolina. Não posso aceitar isso! É uma falta de respeito à inteligência do povo do Paraná! Talvez seja por isso que o governador está sendo recebido pela forma como está sendo, no interior do Paraná. A população do Paraná não é boba! Quem troca o poste na frente da minha casa, se a distribuição é da Copel? Será que ele deixará entrar energia naquele poste da Cesp? E o consumidor que consome 150Kw, pode dizer: não quero comprar de outro!

Todos sabemos que ninguém tem condições de oferecer, tarifa mais barata que a Copel, que está estabelecida no Paraná, que tem setor de geração, de transmissão e de distribuição já, praticamente amortizados. E 95% da energia da Copel é feita por usinas hidrelétricas.

Acredito que essa questão da Copel vamos discutir por muito tempo, porque a cada dia que passa o Governo vem cometendo erros em cima de erros. Todos os argumentos usados foram desmentidos. Mas com os apagões, com o racionamento, com a falta de energia em São Paulo, no Rio de Janeiro, mostra que a Copel é extremamente competitiva. E agora por último, nessa brincadeira

de dizer que daqui há um ano, dois anos, vamos poder escolher energia, como se compra gasolina em um posto de abastecimento!...

Acredito que a resposta o povo do Paraná já está dando ao governador Jaime Lerner. E alguém dizia ontem: "que para se ter respeito, é necessário respeitar." O governador está faltando com o respeito para com a população paranaense!

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Continuando com o Horário das Lideranças. Consulta as Lideranças do PT e PTB.

(Declinam)

PMDB com a palavra. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares.

Apenas na esteira do que coloca o deputado Cezar Silvestri, queria trazer para esta Casa, mais um dado com referência ao problema Copel.

Já tivemos muitas colocações, muitas alegações aqui, sobre a desregulamentação, alegações de que era determinação do Governo Federal e tantas e tantas outras, que foram se desmontando com o passar do tempo.

A mais recente, e a que foi utilizada, inclusive, pelo próprio presidente da Copel, quando aqui esteve, Secretário de Finanças e muitos e muitos parlamentares que são favoráveis à venda da Copel, é de que a empresa estatal não pode competir com a iniciativa privada, porque a empresa estatal não tem recursos orçamentários, não pode fazer empréstimos junto ao Governo para ampliar o sistema.

Quero ler, senhor presidente, senhores parlamentares, uma matéria retirada da Agência de Notícias, via Internet, que diz o seguinte: "medida amplia investimento do setor elétrico. As empresas do setor elétrico terão mais dinheiro no caixa para aumentar investimentos." Chamo a atenção: "as empresas estatais do setor elétrico terão mais dinheiro no caixa para aumentar investimentos". Medida provisória autoriza o Tesouro Nacional a comprar, trocar ou vender créditos que essas empresas têm à receber. A permissão vai assegurar liquidez às empresas para realizar os investimentos necessários ao aumento da oferta de energia no País. Os créditos das empresas, poderão ser adquiridos pelo Tesouro em dinheiro ou títulos, ainda não há nenhuma operação desenhada pelo tesouro, ou montantes definidos, mas é idéia dar início logo a esse tipo de negócio.

O Governo tem pressa em estimular esses investimentos por causa da crise de energia. Com a facilidade permitida agora, o Tesouro, por exemplo, compara créditos dessas empresas, contraídos junto a Estados, adiantando os recursos que entrariam no caixa das estatais somente no futuro.

Então, veja bem que o argumento de que empresas do setor energético, quando estatais, não podem receber, aportar recursos públicos, também não é verdade! Essa

medida provisória tem por escopo exatamente incrementar recursos nas empresas energéticas, as estatais de energia, para que elas possam ampliar a geração do sistema.

É óbvio, por causa de uma coisa, senhor presidente, senhores parlamentares, se fizer a privatização do setor de energia elétrica, seguramente entraria dinheiro do BNDS ou dinheiro do Tesouro também, nós estaríamos apenas mudando de mão. Quer dizer, a capacidade instalada no País, sairia das empresas públicas e entraria a mesma capacidade instalada nas empresas privadas. E o Governo estaria financiando a iniciativa privada para comprar a energia que já está sendo gerada no País.

Com essa medida provisória, o Governo Federal, inteligentemente, está capitalizando, dando recursos para que as estatais do setor de energia elétrica possam investir no sistema, gerando, portanto, mais energia elétrica, que é o que o Brasil precisa nesse momento.

E a Copel que hoje tem títulos, por exemplo, garantindo no Itaú os títulos que o Banco do Estado do Paraná tinha como dívidas de títulos emitidos por outros Estados. O BNDS tem ações da Copel, que precisarão ser resgatadas, pois esta medida nos mostra que o Governo poderia negociar esses títulos com o Governo Federal, ampliar a sua capacidade de investimentos, manter a Copel como empresa estatal, e ainda assim, pôr dinheiro em caixa do Governo, para investimentos na saúde, na educação, na segurança e tal, que é o que o governo fala.

Na próxima semana, senhor presidente, senhores parlamentares, para não alongarmos nesta matéria, que apenas é uma matéria da agência de notícias, procuraremos tirar pela Internet a Medida Provisória do Governo Federal, para podermos detalhar o equívoco que estamos cometendo, quando estamos vendendo uma estatal, que é superavitária, vende a energia elétrica em um momento que o próprio Governo Federal está anunciando recursos para as estatais poderem ampliar a sua capacidade de geração.

Acho que mais assuntos que acabam mostrando que todos os argumentos usados para vender a Copel, não encontram resultado na prática, e na verdade, nos fatos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

PFL, deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Durante esses dias todos, em que esta Casa votou projeto de lei de iniciativa popular, objetivando tornar sem efeito a lei de 98, que autoriza o Governo do Estado a privatizar a Copel, não me pronunciei nenhuma só vez, aliás, nós integrantes da bancada do Governo, pouco falamos.

Mas passada aquela votação, e agora, alguns dias após, escutamos discursos em todas as Sessões, fazendo referência ao mesmo assunto.

O deputado Caíto Quintana trouxe agora, ouvi com atenção as palavras e o discurso do deputado Zuk, sobre o pedágio, que preocupa, deputado Zuk, a todos nós.

Realmente o valor é muito alto. Só percebe quem paga por caminhão. No automóvel até não se percebe muito. Mas parece-me que é uma coisa entoadada no Brasil. Os valores são mais ou menos iguais em todos os estados. É uma coisa acertada nacionalmente, mas é um assunto que haveremos de discutir proximamente.

E o deputado Cezar Silvestri, que conhece muito bem, engenheiro que é, tem se pronunciado, falado sobre a Copel, e discorda de S. Exa. o ilustre secretário Salomão, que procura justificar a privatização da Copel, e o deputado Caíto Quintana, que anuncia na Medida Provisória, que é uma coisa nova, que autorizaria as empresas estatais a obterem recursos vultosos, quero crer, para investimento na área de energia elétrica. Essa preocupação dos deputados de Oposição que, inteligentemente, se congregaram em um bloco uno, tem refletido não só através dos seus discursos, como na presença física nesta Casa. E eu que nada falei até agora, mas que votei, conhecido que sou nesta Casa há longos anos, procuro ser coerente, sou partidário, não poderia, eu não tive motivos ou motivos maiores para mudar o meu voto, porque eu temo, eu sinto, também, dificuldade lá no Noroeste do Paraná.

Vejam só, dois ou três aspectos rápidos para V. Exas. sentirem. É um expediente, é uma carta que faz o laticínio Líder, de Lobato, do Noroeste, dirigido à prefeita Tânia Maria Costa.

(Lê):

“Senhora prefeita.

Diante do descaso e abandono da conservação das rodovias estaduais do Paraná (não terceirizadas), e principalmente das que interligam os municípios circunvizinhos de Lobato, tomamos a iniciativa de solicitar, junto ao governador Jaime Lerner, providenciar em caráter de urgência para sanar o problema (conforme protocolo em anexo).

Solicitamos a V. Exa. empenho junto ao governador do Paraná e ao secretário dos Transportes, relatando os problemas do Município em relação ao transporte e demonstrando, através de fotos, a falta de conservação e reparos nas rodovias, para que tomem as providências cabíveis”.

Senhores deputados, a Líder recebe seiscentos e cinquenta mil litros de leite diários! E cerca de quatrocentos e cinquenta, quatrocentos e oitenta mil, são transformados, em longa vida, e depois em subprodutos, a exemplo do queijo. É uma rede que é abastecida num raio de cento e cinquenta quilômetros, por cerca de mais de mil produtores, dois mil produtores. Vejam a importância dessa Empresa. Não bastasse isso, recebe, o prefeito de Atalaia e quero crer de Lobato, também, uma carta da Viação Ouro Branco, que diz:

“Senhor Prefeito, a Viação Ouro Branco pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede social em Londrina e...”.

Diz o seguinte: “concessão, que é concessionária da linha rodoviária interestadual Paranavaí-São Paulo”.

Essa linha passa por Paranavaí, Nova Esperança, Atalaia, Lobato, Astorga, não sei se Arapongas, e São Paulo, e diz o seguinte:

“A partir do dia 16 de agosto de 2001, deixaremos de atender as cidades de Atalaia e Ângulo, devido às péssimas condições das rodovias”.

E faz algumas considerações mais.

É sabido também, que na PR-476, uma estrada importante, uma rodovia importante, primeira classe, que liga Nova Esperança a Colorado, Santo Inácio, são desesperadoras as condições que oferece aquela estrada, inclusive tombando caminhões na frente da minha pequena propriedade.

Senhor deputados, o deputado da Situação, procurar ser coerente sempre em dar sustentação ao Governo do Estado, às estradas não pedagiadas.

Há questão de alguns poucos meses, o deputado Justus assumia a Secretaria dos Transportes e em companhia de S. Exa. o deputado Accorsi, a seu pedido viajamos para Loanda, depois Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo para verificar as condições daquelas estradas, o deputado Ricardo Maia também.

Agora, essas estradas não pedagiadas têm a sua base comprometida. Quantos milhões de reais serão necessários para recuperar as estradas, essas rodovias não pedagiadas? Não sei! Nós temos cerca de dois mil quilômetros na rede viária, eu não sei quantos quilômetros exigem, não tapa-buracos mais, senhor presidente, não dá mais, porque a base em muitos trechos está sendo comprometida.

Então, eu não sei imaginar quantos milhões de reais serão necessários para recuperar as nossas rodovias não pedagiadas. Agora, também temos compromisso do Governo do Estado com prefeituras e empresas de obras, convênios realizados em 1998, em 1999, que estão sendo pagos agora, em 2000. E eu fico olhando, lá no fundo do túnel não se apresenta, de meu conhecimento, recursos a curto prazo que possam atender os convênios feitos com os nossos municípios, o pagamento dos compromissos, inclusive dos precatórios, que necessariamente devem ser pagos. Com a recuperação das nossas rodovias, eu não vejo como e não tive como, e votaria novamente pela privatização da Copel por todo esse quadro que nós vimos e assistimos.

Senhor deputados, ouvi o deputado Caíto Quintana, que anuncia essa Medida Provisória, certamente quero crer que se realmente for isso, se o Estado, se a nossa empresa, tiver bastante recursos necessários à sua privatização, certamente o Governo haverá de fazê-lo, porque eu tenho a certeza que o governador Jaime Lerner está preocupado com o Paraná, como nós estamos, como os deputados de Oposição, como todos os partidos, e

mais do que isso que ele é responsável pela condução do Executivo Estadual, para o qual foi eleito duas vezes e tendo uma história, iniciando pela Prefeitura de Curitiba.

Portanto, senhores deputados, eu não tinha nenhuma intenção de aqui usar os microfones para falar acerca da Copel, do meu voto. Mas, eu não podia também calar-me diante das manifestações repetidas dos senhores deputados, fundamentalmente da Oposição, mas para dizer que eu pessoalmente sou a favor, não meu partido só, mas eu pessoalmente sou a favor das privatizações. Houvesse privatizado o Banestado há 10, 15 anos, talvez o Paraná tivesse ganho quatro ou cinco bilhões, e nós temos uma memória curta mais ou menos equivalente a uma Copel. E não se fala do Banestado, porque envolveu vários governos, muita gente.

Confesso que me considero um idiota quando falo em Banestado, porque eu, sempre correntista desse banco, paguei juros altíssimos e corretamente. E paguei não só os empréstimos, os juros dos empréstimos nos super cheques, como até alguns a mais pequenos. Eu não fui a causa, senhores deputados, e muitos colegas nossos não foram culpados por darem sustentação ao Governo, a esse desfalque que abala o Paraná e que nós vamos pagar 30 anos, cinco milhões de reais.

Por isso, concedo um aparte ao ilustre deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Basílio, a questão das rodovias estaduais estão deste jeito por quê? Porque o governo Jaime Lerner ao longo desses quase sete anos de governo ou de desgoverno, não investiu na reconstrução, na conservação das rodovias estaduais.

Parece até que faz de propósito. Deixa as rodovias estaduais ficarem destruídas para que a população aceite a implantação do pedágio, inclusive nessas rodovias. Mas essas rodovias também não estão sendo recuperadas e V. Exa. diz que não vê a curto prazo nenhuma perspectiva, simplesmente porque este governo do Estado desrespeita a lei, desrespeita a Assembléia Legislativa, que foram aprovados aqui uns projetos de autoria do deputado Cartário, 404 e 405, Lei 13.031, 13.032, que instituiu o Funcor no Estado do Paraná e que tinha uma previsão de repassar à Secretaria dos Transportes sete milhões de reais por mês em cima do ICMS arrecadado no óleo diesel e na gasolina, janeiro, fevereiro, março abril, maio, junho, julho e agosto, oito meses, oito vezes sete, cinquenta e seis milhões já deveriam ter sido repassados à Secretaria de Transportes para recuperar as rodovias! E o que a gente ouve por aí afora? Não, nós vamos fazer agora uma licitação de duzentos milhões para construção de novas estradas!

Disse bem o deputado Miltinho Puppino no dia 28 de julho no seu programa da Rádio Nova Era, que antes de se anunciar novas rodovias deveria se conservar as já existentes para que não se perdesse na totalidade.

Uma coisa eu concordo, V. Exa. afirmou ainda há pouco, se o Banestado tivesse sido privatizado antes nós teríamos ganho cerca de quatro bilhões. Se tivesse, sim, sido privatizado no início do governo Jaime Lerner nós tínhamos economizado e ganho pelo menos quatro bilhões, porque este foi o rombo que o governo deu no Banestado, porque quando esse governo assumiu o Banestado, fruto dos desajustes do Plano Real, da assimilação do Plano Real, o Banestado ia ao redesconto todos os dias com setecentos milhões. Vamos dizer que tinha outros problemas de CL, crédito e liquidação, tinha lá o problema do Atala, da Cidade Industrial de Curitiba, da Cocelpa, que tudo isto desse dois bilhões, não é o que disse o Jaime Lerner quando assinou um documento junto com o Luiz Antonio Fayet para o Banco Central, mas vamos dizer que fosse dois milhões naquele dia o problema, não seria certamente os seis bilhões que se gastou para sanear o Banco.

Então, este governo, sim, deu um rombo de quatro bilhões no Banestado, eu concordo com V. Exa. Se tivesse sido privatizado, não há quinze anos atrás, mas pelo menos há seis, sete anos atrás, o povo do Paraná teria economizado quatro bilhões, pelo menos, na questão do Banestado que foi o rombo entre o Banestado Leasing, títulos podres e outras coisas mais que este governo fez no Banco, nesses quatro anos em que ele preparou o Banco para a privatização.

Muito obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO

Deputado Orlando Pessuti, nós temos pouco tempo, serei breve, mas V. Exa. sabe que os governos de longos anos, ao assumirem todos os governadores, e nós temos o melhor banco estatal do Brasil, tudo mentira, porque eles, os governadores, não sabiam, pelo sigilo bancário, quero crer, milhares de transações fraudulentas levaram o Banestado a isto e V. Exa. sabe que não é deste governo apenas.

Eu concordo aqui, deputado Pessuti. V. Exa. conhece bem o Estado porque está aqui há longos anos, mas sabe que este governador também em realizado, principalmente na indústria, ele procurou viabilizar o Estado, que era simplesmente agrícola, para ser também um Estado forte na sua indústria e obteve êxito. Fez no Paraná instalar dezenas, centenas de indústrias que ao longo de alguns próximos anos o Paraná receberá as suas vantagens, os seus frutos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No horário do PSDB, concedo a palavra ao deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. A questão da Copel não vai se encerrar na votação do dia 20 de agosto, com certeza, porque ela é muito maior do

que a decisão tomada aqui por 27 deputados. Vamos ter de, se não nesta Casa, mas no seio da população do nosso Estado, ouvir muito, muito e muito mais sobre a Copel. Mas hoje, o que percebo e que está aflorando e devagar vem à tona, é que a Bancada do Governo vai, aos poucos, junto com o próprio governo, tentando subverter os fatos que levaram à votação e à venda da Copel.

Inicialmente, das várias justificativas que deu, o governo diz que vendia a copel porque era imposição do governo federal e fez mídia neste sentido. Este deputado foi à Justiça e derrubou a mídia que ele, o próprio governo veiculava, dizendo que era o governo federal que exigia a venda da Copel. Posteriormente, veio a esta Casa, o secretário Ingo Henrique Hübert, presidente da Copel e secretário da Fazenda, e anunciou que precisava ser vendida a Copel, porque, hoje, ela era um carro do ano e daqui a pouco ela seria um carro depreciado. Ora, precisa-se de imaginação, deputado Cezar Silvestri.

Porque isso, nem para ginásio poder ser aceito.

Recentemente vi uma declaração dizendo que a Copel tinha que ser privatizada, deputado Divanir Braz Palma, porque a Copel deu muito mais de 430 milhões de lucro no ano de 2000. Mas que boa parte desses recursos ficaram com a diretoria da Copel, que recebe uma fortuna.

Que essa empresa fosse privatizada, esses recursos não seriam pagos dessa forma. Que o governo incompetente, que nem para controlar a diretoria e o que se paga para os seus diretores! E agora, como vai vender a Copel, se nem competência teve para estabelecer um critério de pagamento, dos valores remuneratórios da diretoria?

Respeito muito e já disse várias vezes ao deputado que me antecedeu na tribuna, Basílio. Tenho no deputado Basílio Zanusso, o respeito de homem, de pai, de um homem público que considero exemplar, mas jamais poderia concordar com as suas colocações.

Dizer que nós, hoje, estamos a propagandear um fato, de que a Copel precisa ser vendida porque precisa de asfalto na região que o deputado com muito brilho representa, é impossível. O governo em nenhum dos momentos, se preocupou e aí ele disse: preocupado o governador Jaime Lerner, com o futuro do Paraná. Ora, se fosse preocupado o governador Jaime Lerner com o futuro do Paraná, deputado Cezar Silvestri, hoje ele era o mascote deste Estado, divulgando que aqui tinha energia de sobra, que aqui nós tínhamos 800 megawatts de sobra por hora e que aqui podiam vir instalar indústrias, que aqui podiam gerar riquezas, que aqui podiam vir gerar emprego, que podiam trazer para cá o emprego, e o ICMS ia ficar no Estado do Paraná e não ia ser vendido, ia ser pago em outros Estados.

Esta seria a postura de quem tem respeito para com o Estado e de quem está preocupado com ele. Se tivesse preocupado com esse Estado e não é sob a justificativa da Copel que nós vamos dizer que não vê, não vejo túnel, não vejo espaço para a esperança, para a recuperação econômica e financeira deste Estado.

Senhor presidente, gostaria de solicitar com a sua permissão, o período da Liderança.

Concedo o aparte ao deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado José Maria, quando eu fiz o meu pronunciamento, falava de todas as tentativas de justificar a privatização da Copel usadas pelo governo do Estado, e agora, mais recentemente, pelo seu grande porta-voz, secretário Miguel Salomão quando saiu da Secretaria da Fazenda, deixou um rombo de 500 milhões, na época sem capacidade de empenho, e que trouxe severos problemas para o governo Jaime Lerner, e esse mesmo secretário usou outro argumento dizendo que eles trabalharam muito, e por isso que houve uma valorização nas ações da Copel.

E a ação que valia 4 dólares chegou a 20, 22 dólares, e foi graças a um trabalho que ele fez quando foi para Nova York divulgando e falando das potencialidades da empresa. Ao mesmo tempo que ele fala isso, ele arrebenta com a empresa dizendo que a empresa é deficitária, que a empresa teve lucro porque cobra um absurdo dos paranaenses e dá energia de graça em outros Estados.

Mas eu lembrava agora no seu pronunciamento, que em 95 lideramos aqui o processo contra a venda das ações da Copel, exatamente baseado no argumento que a ação, naquela ocasião, estava em torno de 5,6 reais, de acordo com o valor do mercado e o valor patrimonial chega a 18 reais, que na época era 18 dólares, e o governo queria vender naquela ocasião, queria que nós autorizássemos a vender por 4 reais.

Se V. Exa. lembrar, lá no plenarinho estava o secretário Ingo, que chegou ao cúmulo de dizer que o balanço da Copel era questionável, quer dizer, o presidente da empresa diz que o balanço não é verdadeiro, desmerecendo, descaracterizando, inclusive desvalorizando as ações da empresa e dentro desses argumentos absurdos, que o Miguel Salomão vem desenvolvendo ao longo dos últimos dias da empresa também tentou usar desse argumento. Primeiro, o presidente diz que o balanço não é verdadeiro, daí eles dizem que eles valorizaram as ações, quando foi o contrário, graças a uma ação deste Poder, do Poder Legislativo, nós conseguimos segurar aquela lei por 6 meses, e a ação de 4 reais, quando 6 meses depois ela já estava em 18, 20 reais.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço o aparte, deputado Cezar Silvestri.

Mas dizia que se tivesse preocupado, eu nunca vi uma bancada de governo chegar no Executivo e pedir para o governo diminuir o tamanho da sua estrutura. Eu nunca vi, senhor presidente Hermas Brandão, uma bancada de governo, chegar no governo e propor ao chefe do Executivo que diminuísse o tamanho, e esse governo é incompetente, incapaz, inepto, não teve sequer condições de fazer aquilo que a sua bancada pedia, que era reduzir o tamanho e diminuir as despesas do Estado.

Com certeza, se diminuísse as despesas do Estado, ele poderia, deputado Basílio Zanusso, consertar as estradas da sua região, porque eu também passei nela, e V. Exa. tem condições de reclamar, porque também o deputado Cesar Seleme, nesse período, juntos, eu e a minha família e a dele, e ele não conseguiu cobrir um trecho de 60 quilômetros, levou 3 horas, porque caí de buraco em buraco ele está aqui no plenário. Então é verdade a vossa reclamação.

Mas o governo não teve nem sequer condições de reduzir o tamanho da sua máquina e foi por mais uma vez instado por sua Bancada a fazer isso. Não vi esse Governo tentando provar, cobrar, exigir responsabilidade daqueles que deram mais de 400 milhões de prejuízos, no Banestado Leasing.

Qual foi o momento que esse Governo foi à Justiça e disse que estavam dilapidando o patrimônio público?

Em nenhum momento!

Não vi esse governo se pronunciar na cobrança da malversação dos recursos públicos nos Jogos Mundiais da Natureza. Não vi igualmente se pronunciar a respeito do furo que deu o secretário do Meio Ambiente, em mais de 20 milhões, já aprovado pelo Tribunal de Contas do Estado.

Ora, se o governo que não tem brio, responsabilidade moral e social para fazer atitudes como essa corretiva da máquina administrativa, não vai ser agora com a venda da Copel, dissipando, que nós vamos justificar o crime contra o futuro do Paraná.

O Governo, preocupado, minhas senhoras e meus senhores, estaria saindo como mascate Brasil afora, dizendo: meu Estado, é um Estado organizado, é um Estado que tem condições de receber as indústrias e de gerar emprego e produzir a riqueza necessária!

Gostaria de dar o aparte ao deputado Neivo Beraldin, senhor presidente.

O Sr. Neivo Beraldin

Quem quiser saber dos fatos é só pegar o balancete da Copel, de 95, 96, 97, 98, 99 e 2000 está tudo lá.

Em 1995, tinha 196 bilhões de ações, o Governo; hoje, tem 85 bilhões de ações.

É só pegar os estatutos da Sanepar, antes de 98 e após 98, vocês irão ver flagrante. Até uma criança de 4ª série do primário vê que há roubo! Roubo!

Então, não vê quem não quer.

Agora, o presidente da Sanepar ficou de nos informar quem fez a limpeza da barragem do Iraí. Negou-se. Quem ganhou a concorrência foi uma tal "CESB", agora quem fez foi uma ONG.

Qual foi essa ONG?

O deputado Orlando Pessuti, com certeza, estávamos conversando agora, vai procurar saber quem foi.

Obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Obrigado.

Senhor presidente, encerro dizendo, que, a partir de dezembro de 1998, quando da votação por esta Casa, o projeto que gerou a Lei nº 2.355, nós observamos a criação em série, de empresas e da sociedade, aonde pessoas com alto grau de dúvidas fazem parte, com certeza gravando nos cofres públicos a derrama do dinheiro da população do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

PTB.

(**Declina**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 039/2001, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, apresentando anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$11.932.000,00 (onze milhões, novecentos e trinta e dois mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria da Segurança Pública, aprovado pela Lei estadual nº 13.030, de 28 de dezembro de 2000. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Carlos Simões, na qualidade de líder do PTB, constante do expediente, indicando os nomes dos senhores deputados que irão compor as CPI's que serão instaladas nesta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Hermes Fonseca, na qualidade de líder do PT, constante do expediente, indicando os nomes dos senhores deputados que irão compor as CPI's que serão instaladas nesta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de líder do PFL, constante do expediente, indicando os nomes dos senhores deputados que irão compor as CPI's que serão instaladas nesta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2769, de autoria do senhor deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Requerimento nº 2785, de autoria dos senhores deputados Nereu Moura, Durval Amaral, Valdir Rossoni, Waldyr Pugliesi, Serafina Carrilho, Cezar Silvestri e Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando a transferência da Sessão Ordinária do dia 05 de setembro para o período da manhã. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução nº 002/2000, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, no exercício de 1992. (**Publ. em 1ª Discussão, no DA nº 097/2000, de 07/08/2000**)

Aprovado, com o voto contrário dos deputados Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk, José Maria Ferreira, Renato Gaúcho, Pastor Edson, Hermes Fonseca e Irineu Colombo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero fazer uma justificativa de voto. Pela manifestação equivocada da pauta da Ordem do Dia, eu voto favorável ao projeto. Eu e os companheiros do Bloco Independente.

Gostaria que V. Exa. fizesse a gentileza de determinar a correção, na Ata.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Fica justificado.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 031/2000, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, no exercício de 1995. (**Publ. em 1ª Discussão, no DA nº 097/2000, de 07/08/2000**).

Em votação. **Aprovado**, com voto contrário da bancada do PT; deputados José Maria, Luiz Carlos Zuk e Eli Ghellere.

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 191/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Idosos e Aposentados de Ibaiti - AIAI, com sede e foro no município de Ibaiti. **Aprovado. (Publ. no DA nº 076/2000, de 13/06/2000).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 403/2000, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que autoriza a Universidade Estadual de Londrina - UEL, a alienar bens de seu patrimônio. **Aprovado. (Publ. no DA nº 170/2000, de 28/11/2000).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 169/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão Claro, com sede e foro no município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 053/2001, de 28/05/2001).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 263/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual o Rocio Futebol Clube, do município de Palmeira, com sede e foro no mesmo município. **Aprovado. (Publ. no DA nº 090/2001, de 25/06/2001).**

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 284/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores do Tigre, com sede no município de Guamiranga, e foro na Comarca do município de Imbituva. **Aprovado. (Publ. no DA nº 091/2001, de 26/06/2001).**

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 297/2001, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação de Artesãos de Primeiro de Maio, com sede e foro no município do mesmo nome. **Aprovado. (Publ. no DA nº 101/2001, de 01/08/2001).**

ITEM 09

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 298/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no município de Ventania e foro no município de Tibagi. **Aprovado. (Publ. no DA nº 101/2001, de 01/08/2001).**

ITEM 10

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que institui a inclusão da disciplina de Educação Tributária nas escolas da rede pública estadual de 1º e 2º graus. COM EMENDA

DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Vamos apreciar nesta votação a emenda aprovada em 2ª discussão.

Em votação. **Aprovada.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, formulo a questão de ordem com base no artigo 183, alínea “c” e artigo 94, parágrafo 1º, que diz respeito aos projetos em regime de urgência, que não tenham recebido os pareceres das comissões. Segundo nos consta, o projeto está distribuído à Comissão de Meio Ambiente e não tem competente Parecer.

E o artigo 94, no parágrafo 1º estabelece que os projetos que não tenham...

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Quero informar a V. Exa., respondendo à sua questão de ordem, que este projeto...

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, há um requerimento de minha autoria pedindo a retirada da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Quando está em regime de urgência não pode ser retirado, deputado.

V. Exa. conhece o regimento.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, baseado no artigo 33...

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, eu gostaria de concluir minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Solicitaria ao deputado Algaci para aguardar.

Quero informar a V. Exa. que o projeto estava na Comissão de Meio Ambiente até o dia de ontem, desde o dia 23 de maio.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, concordo com V. Exa. com referência de que, estando em regime de urgência e tendo transcorrido as 48 horas que cada comissão tem, que ele será incluído na Ordem do Dia. Mas o artigo 94, no parágrafo 1º, determina como isso deve acontecer. Deve figurar na pauta durante três Sessões consecutivas, e segundo me consta, este projeto não figurou até o presente momento, na pauta.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Ele esteve na pauta, já. E informo a V. Exa., que saiu da pauta no dia 23 de maio.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Figurou uma única vez na pauta.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esteve em 1ª discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Mas ele não figurou, senhor presidente! Está em regime de urgência, não figurou na pauta. Figurou na Ordem do Dia. O artigo 94, no seu parágrafo 1º, é incisivo nesse aspecto.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, posso adiantar a minha questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos aguardar a assessoria que é nova.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, eu insisto no artigo 94, parágrafo 1º - Salvo deliberação do Plenário, nenhum projeto entregue à discussão inicial ou única, na Ordem do Dia, sem que figure, em pauta, ficando sobre a Mesa, para conhecimento e estudo dos deputados, durante três Sessões consecutivas e sendo publicado na íntegra, pelo menos uma vez, na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu quero responder à questão de ordem de V. Exa., inclusive, eu quero informá-lo que o artigo 183, na letra "a", fala o seguinte: "Será concedido prazo de 48 horas a cada uma das Comissões Permanentes que devam opinar a respeito, para que profiram os seus respectivos pareceres.

b) expirados os prazos em apreço, será a proposição incluída na Ordem do Dia, caso haja merecido pareceres das Comissões Permanentes".

Passou por três Comissões, nobre deputado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Mas uma das Comissões à qual ele está distribuído que é a Comissão de Ecologia, não recebeu parecer.

O SR. ALGACI TULIO

E é específica.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esteve lá por 80 dias.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, está lá.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Mas eu insisto que não recebeu o parecer das Comissões e por isso tem que ser aplicado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Qual Comissão, nobre deputado?

O SR. ORLANDO PESSUTI

A Comissão Permanente de Meio Ambiente, que é a mais necessária que lhe dê um parecer.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Teve prazo suficiente de 180 dias para dar parecer e não deu e hoje se vota aqui a constitucionalidade do projeto ou não. A Comissão poderá avocar o projeto e amanhã trazer o seu parecer.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Eu insisto com V. Exa.! Eu acredito que o projeto poderia ter sido votado lá no mês de junho, se tivesse sido publicado três vezes na pauta na Ordem do Dia, quer dizer, ele não teve esta publicação, então aí tem que se aplicar...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quando há pareceres, nobre deputado, não há necessidade, V. Exa. sabe.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Mas não tem parecer da Comissão!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tem parecer da Comissão de Constituição e Justiça, tem parecer da Comissão, vou ler aqui para V. Exa. os pareceres que existem. Existe da Comissão de Obras, de Finanças e da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ORLANDO PESSUTI

O regimento fala das Comissões e a Presidência determinou que ele passasse por estas Comissões que estão faltando.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu entendo V. Exa., mas indefiro a sua solicitação.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, com todo respeito que tenho por V. Exa., pela Mesa Executiva, pelos companheiros que o assessoram nestas Sessões Legislativas, causa estranheza que se coloque na Ordem do Dia, sem primeiro consultar a Comissão de Meio Ambiente, onde está tramitando o projeto, senhor presidente, ele não poderia estar na Ordem do Dia, porque está sendo discutido na Comissão de Meio Ambiente exaustivamente, senhor presidente, nós temos aqui, trouxemos a esta Casa 40 mil assinaturas da população de Araucária. Discutimos em audiência pública aqui no plenarinho da Assembléia com técnicos, esta Comissão foi em Araucária, deputados Neivo Beraldin, Algaci Tulio e Luciana Rafagnin, senhor presidente.

Nós não estamos discutindo, não estamos votando um projeto, meramente o projeto de um parlamentar simples, senhor presidente, é um projeto que trata de qualidade de vida, é um projeto de um investimento extraordinário, é um projeto que uma cidade está em pé discutindo esta questão, então com base no artigo 33 do Regimento Interno, fiz a minha questão de ordem, aliás até fui atropelado, todo processo que V. Exa., dia 1º, devia primeiro apreciar o meu requerimento que pede a retirada da Ordem do Dia, baseado no artigo 33 que diz o seguinte: “cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica, dar parecer sobre proposição referente aos assuntos de sua especialização, promover estudos sobre problemas de interesse público relativos à sua competência...”.

E é de interesse público, e alerta mais, esse projeto foi retirado da Ordem do Dia por um requerimento de minha autoria, porque não tinha parecer da Comissão de Meio Ambiente. Além do mais, o regime de urgência já caducou, se formos levar por esse lado, porque o regime de urgência pedido aí é do ano passado! Qual é a urgência desse regime de urgência?

Senhor presidente, peço aqui, ou rasgamos o Regimento Interno da Casa ou não tem validade nenhuma o parecer da Comissão nesta Casa.

Aliás, já rasgamos aqui, por ocasião do projeto da Copel...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. requereu dia 23 de maio a retirada do projeto para se dirigir à Comissão do Meio Ambiente. Foi atendido naquela ocasião; a Comissão até hoje não deu o seu parecer.

O SR. ALGACI TULIO

Então V. Exa. deveria chamar ontem o presidente desta Comissão para que urgenciasse um parecer final e nós votássemos hoje ou depois. O que não se pode, não é questão de vida aprovar hoje o projeto. Questão de vida ou morte é aprovar hoje o projeto e trazer sérios problemas de meio ambiente para o município de Araucária.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Hoje está sendo colocado na pauta, em 1ª discussão, a sua constitucionalidade. V. Exa. amanhã poderá apresentar emendas e ele voltará às Comissões.

O SR. ALGACI TULIO

É isso que estou querendo dizer, é ilegal!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não posso concordar com V. Exa., porque foi anunciado ontem, está com a Comissão do Meio Ambiente desde o dia 23 de maio, está em regime de urgência!

O SR. ALGACI TULIO

Quero citar o artigo 209 da Constituição Estadual, que pede autorização da Assembléia e com apresentação do EIA RIMA. Este projeto também não tem isso. Estou pedindo o bom senso nesta hora. Estou querendo preservar os deputados que fazem parte das Comissões desta Casa. Tenho até vontade de pedir a minha saída da Comissão se for derrotado nesta minha pretensão, porque não vejo mais sentido, se não posso dar um parecer num projeto que é específico desta matéria!

O SR. VALDIR ROSSONI

Quero contribuir para a discussão desta questão.

Apresentei este projeto em outubro de 2000, quando era líder do Governo a pedido do Governo, porque há interesse que essa hidrelétrica seja construída no Paraná. São investimentos de um bilhão e cem.

Senhor presidente, procurado pelo presidente da Comissão, em 2000, já tinha requerido o regime de urgência, abri mão do pedido e dei todo o tempo necessário para que a comissão pudesse se pronunciar. Agora, no mês de maio, me dirigi ao presidente dizendo que o meu projeto estava em regime de urgência e V. Exa. colocou novamente na Ordem do Dia. Novamente um requerimento do deputado Algaci Tulio pediu a retirada, compreendendo a necessidade e a vontade da Comissão em se pronunciar sobre o projeto, abri mão novamente do regime de urgência e foi retirado da Ordem do Dia.

Senhor presidente, foi aprovado o meu requerimento em regime de urgência, todo o tempo suficiente para se fazer um estudo a questão ambiental, foi dado à Comissão, que não demonstrou, me desculpe a sinceridade, vontade para dar o seu parecer.

Então, não podemos aguardar um investimento dessa monta, uma empresa querendo investir e gerar 1.300 empregos diretos, 500 empregos indiretos, gerar 653 megawatts.

E, em um momento como este, que a questão de energia elétrica é questão fundamental para a economia deste país, não podemos mais esperar.

E ainda é importante, senhor presidente, dizer que no bojo do projeto, é claro quando diz o seguinte: ela ainda está condicionada ao RIMA, quer dizer, a nossa lei aprovada, ainda vai merecer apreciação do IAP, para que ele dê o seu parecer favorável ou contrário. Lá sim, os senhores deputados que ainda não tiveram tempo, desde o mês de outubro em exarar o seu parecer, poderão participar das audiências públicas, para lá discutir se será dada a autorização de instalação dessa usina termelétrica no município de Araucária.

Estou olhando essa questão como um paranaense que tem interesse em gerar energia, em gerar riquezas, e principalmente, gerar dividendos ao Paraná.

É essa a minha posição.

Por isso, senhor presidente, não abro mão do meu projeto ser votado hoje, porque está em regime de urgência, já fez parte da Ordem do Dia de outras Sessões, que

por questões de compreensão abri mão, mas hoje gostaria que V. Exa. deixasse que o Plenário se pronunciasse sobre o projeto.

Obrigado.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de até pedir a V. Exa. se o meu requerimento vai ser votado antes do projeto, porque o meu requerimento requer a suspensão da tramitação desse projeto, tendo em vista que não temos o relatório de impacto sobre o meio ambiente, ou seja, o RIMA.

E consta na nossa Constituição Estadual. No seu artigo 209, diz assim: “observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa”.

Portanto, senhor presidente, não é justo que votemos nesta Casa este projeto, sem que antes tenhamos em mãos esse relatório, que é de fundamental importância, tanto é que a Comissão de Meio Ambiente também não deu parecer ainda, porque também não recebeu esse relatório.

Fizemos reunião no município de Araucária, temos em mãos, praticamente, 40 mil assinaturas dos moradores que não querem a construção dessa usina, devido ao medo do impacto ambiental que vai causar àquele município.

Então, senhor presidente, gostaria de pedir que fosse votado em primeiro lugar este requerimento e pedir a suspensão da tramitação desse projeto, até que tenhamos em mãos esse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Defiro o pedido de V. Exa. em relação à votação do requerimento. E o Plenário é soberano para decidir sobre a tramitação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, peço a palavra novamente pela ordem, para insistir nos argumentos que anteriormente fiz acerca do artigo 183, letra “c”; artigo 93, parágrafo 1º; e para, em questão de ordem, discordar veementemente do que disse o deputado Rossoni e concordar com o que disse a deputada Luciana: o texto constitucional é claro, deixa claro e diz: “e aprovação da Assembléia”. Ele vem ao final, com aprovação da Assembléia.

Então o relatório de impacto ambiental, a que o deputado Valdir Rossoni se refere, não é posterior à aprovação da Assembléia; é anterior, a própria redação constitucional mostra que é desta forma. E o deputado Kiele sabe muito bem, porque cuidou pessoalmente desse assunto, quando discutimos aqui a autorização para construir-se a Usina de Tijuco Alto, pela Votorantin, aqui na divisa com o Estado de São Paulo, que o processo ficou parado aqui na Assembléia aguardando discussão e votação desta Casa, e só teve andamento quando veio para cá

o relatório de impacto ambiental, e o resultado das audiências públicas realizadas.

Então a autorização da Assembléia, senhor presidente, é posterior ao relatório de impacto ambiental aprovado pelo IAP. Não tem que vir para nós o relatório propriamente dito; tem que vir a aprovação do IAP. Quem aprova o relatório é o IAP. Então, temos que ter aprovação, e após, as audiências públicas.

A minha questão primeira, não tinha nem entrado nesta questão, mas como V. Exa. disse que a questão que está sendo discutida hoje é constitucional, se formos à luz da questão não podemos votar, primeiro porque tem que ter o relatório de impacto ambiental aprovado pelo IAP para após isso, a Assembléia se manifestar.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, é notório no artigo 104 do Regimento Interno, quando diz que cada parlamentar somente poderá se pronunciar pela ordem do mesmo assunto, apenas uma vez. Isto está muito claro e efetivamente não adianta, o senhor já decidiu a questão de ordem. Não adianta cada parlamentar ficar repetindo a mesma questão de ordem. Está decidido e muito bem decidido!

Com relação ao artigo 209, da Constituição Estadual, ele é cristalino. Não diz nem antes e nem depois. Nem em 1º nem em 2º.

Não sei aonde os nobres deputados da Oposição estão se baseando, porque não sei se a minha leitura é diferente da deles, mas quero ler aqui: “observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termelétricas e hidrelétricas, dependerá de projeto técnico de impacto ambiental, e aprovação da Assembléia Legislativa”. E segue.

Em nenhum momento, está dizendo primeiro é o Rima, em segundo a aprovação da Assembléia. As duas coisas podem acontecer simultaneamente, ou pode ter primeiro a aprovação da Assembléia Legislativa, e depois o RIMA. Uma não mistura à outra, em hipótese nenhuma!

Então, sinceramente senhores deputados, isso é cristalino, é claro, não existe uma preferência. O que necessita são os dois requisitos: o estudo de impacto ambiental e a aprovação da Assembléia. Sem eles, a usina não poderá ser construída.

Agora, a votação ser condicionada à outra, em hipótese alguma!

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Senhor presidente, a argumentação do deputado Durval Amaral não é conseqüente.

É claro para todos nós, e principalmente para a Presidência da Casa, que primeiro nós teremos que ter o Rima, sim.

O relatório de impacto ambiental, precisa ser aprovado, para depois nós, da Assembléia, fazermos o passo seguinte. Porque senão, a Assembléia caminha em uma

direção, e depois o Rima vem contrariando aquilo que a Assembléia, *a priori*, aprovou. Não!

Senão, como já se fez aqui o levantamento de questão em relação ao Regimento Interno, vai ficar claro que a Mesa da Assembléia está ferindo a Constituição Estadual naquilo que ela faz de exigência. Primeiro o Rima, depois a manifestação da Assembléia, aprovando ou desaprovando.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. está interpretando a lei, e eu tenho também, como presidente da Assembléia, o direito de interpretar a lei e discutirmos até na Justiça, se for o caso.

Eu não entendo da forma que V. Exa. entende.

O SR. WALDYR PUGLIESI

É lamentável.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É lamentável também que V. Exa. queira impor uma condição que não está aqui no artigo 209.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, não foi nunca da nossa prática parlamentar, que já é compridinha, impor nada a ninguém. A minha formação ideológica caminha no sentido do contraditório. V. Exa., senhor presidente, e o próprio líder do Governo nesta Casa, sabem que nós não somos de impor nada a ninguém, inclusive os meus companheiros de Bancada sabem que muitas vezes eu tenho uma posição, mas sendo minoritário dentro da Oposição, eu me submeto à vontade dos meus companheiros. Eu nunca procurei impor nada. A nossa interpretação é clara. Como é que podemos dar a aprovação daquilo que poderá ser, amanhã, repudiado através da manifestação do relatório de impacto ambiental?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu já deferi o requerimento da deputada Luciana Rafagnin, e após, colocarei em votação.

O SR. CLEITON KIELSE (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, no encaminhamento do deputado Pessuti, teria realmente o embasamento em um acerto, naquele momento da votação, na autorização para a construção da Usina Tijuco Alto, no município de Adrianópolis, que envolveria também os municípios de Ribeira, Cerro Azul e Apiaí no Estado de São Paulo, quando fizemos um acerto verbal com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, o Ibama.

Naquele momento, com o ministro do Meio Ambiente, estivemos por duas vezes com o Dr. Antônio Ermírio, discutimos a questão do relatório de impacto ambiental, ao qual se posicionou favorável o empresário, a apresentar, antes da aprovação na Assembléia, até o

Projeto do EIA-RIMA, que seria o aspecto ambiental, antes do relatório que precisávamos, naquele momento, que foi até o maior relatório de impacto ambiental já montado no mundo, para a construção de uma Usina Hidrelétrica.

Por isso, pela Constituição, deputado Pessuti, a ordem dos fatores neste momento não altera o produto. E sim, são obrigatórias as duas aprovações: do aspecto ambiental e do aspecto da Assembléia, que pode antecipar o aspecto ambiental.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado José Maria com a palavra.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, preciso, com a sua aquiescência, de duas informações: primeiro, é a Mesa Executiva respondendo sim ou não, se faz parte do projeto que está em pauta de votação, o relatório de impacto ambiental.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não, não está.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Então me permita agora questionar com V. Exa..

O artigo 209, vamos ler com calma que vamos encontrar: “observada a legislação federal pertinente à construção de usinas centrais termelétricas e hidrelétricas, dependerá de projeto técnico e de impacto ambiental, sob a aprovação da Assembléia.

(**Tumulto no Plenário**)

O que está dizendo? Está dizendo que é necessário o projeto técnico! A Assembléia não pode passar um recibo, até porque não somos aqui uma instituição técnica; somos uma instituição política. E se amanhã, mesmo que tenha aprovado o projeto técnico e ambiental, esta Casa entender que ele não é de interesse público, que não atende aos interesses superiores da nossa sociedade, nós não aprovamos! Nós estamos dando a atribuição desta Casa a um setor técnico. É uma questão de nos preservarmos, porque amanhã, aprovado na data de hoje, o RIMA pode ser reprovado e aí tem a autorização da Assembléia Legislativa, dos senhores deputados, para a construção!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Volto a afirmar a V. Exa., respondendo à questão de ordem, esta Presidência não entende que o artigo 209 exige primeiro o projeto técnico de impacto ambiental. É bem claro, aqui. Nós podemos até, posteriormente, consultar profissionais da área que não vamos chegar a esse...

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Não quero contraditar com a Presidência, mas o senhor me permite esboçar o meu...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só para informá-lo, estou dando muita atenção ao que V. Exa. está colocando, mas é uma questão já decidida pela Presidência.

A Presidência vai colocar em votação o requerimento da deputada Luciana Rafagnin.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, acho que pela ordem de entrada de documentos na Mesa, tenho a impressão que o documento de minha autoria é que deve ser discutido antes, que trata do artigo 33.

Parece-me, senhor presidente, que na ordem de entrada de requerimentos à Mesa, apostos ao projeto, está o meu requerimento, que foi o primeiro que deu entrada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu vou colocar em votação.

Esta Presidência demonstrou mais uma vez que é democrata.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, eu quero ainda invocar o artigo 207 da Constituição do Estado, inciso V.

Esse artigo trata da Lei do Meio Ambiente, senhor presidente: “todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum, essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos municípios e à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras, garantindo-se à proteção dos ecossistemas, o uso racional dos recursos ambientais”.

Aí, o inciso V, trata o seguinte: “exigir a realização de estudo prévio de impacto ambiental para a construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação e operação de atividades ou obras potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, do qual se dará publicidade”.

Eu quero dizer, com toda a sinceridade, que ainda não tenho uma opinião formada: se sou contra ou sou a favor do projeto. O que estou lutando aqui, senhor presidente, com os demais companheiros, é pela legalidade, porque eu quero também preservar o direito das Comissões de poderem dar o seu parecer, especificamente a Comissão do Meio Ambiente; é apenas nesse sentido.

Agora, o que eu não posso concordar com o deputado Valdir Rossoni é que ele fala que os deputados da Comissão, ao que parece, não tiveram tempo. A Comissão do Meio Ambiente está debruçada em cima desse processo há mais de 3 meses, fazendo audiências públi-

cas, analisando documentos que foram enviados para essa Comissão.

O SR. VALDIR ROSSONI

Mas, o projeto está há quase um ano.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está assegurada a palavra ao deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, eu respeito o deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni, eu estou pedindo apenas pelo bom senso. Acho que não temos que atropelar uma coisa que amanhã ou depois nós poderemos ser cobrados. É uma questão de bom senso.

Tira da Ordem do Dia, hoje! Dá um prazo de 48 ou 72 horas para a Comissão do Meio Ambiente concluir, fazer o seu parecer, e retorna na segunda ou na terça-feira, deputado Durval Amaral. Não se trata de uma sangria neste momento, quer dizer, uma coisa que se não aprovar hoje, amanhã não sai a termelétrica. Não é uma questão de jogo de braço, neste momento, mas é uma questão de bom senso.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, antecipadamente eu estou requerendo chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, com a palavra o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

O negócio está ficando esquisito, senhor presidente.

Agora, eu vou dizer desde logo que não tenho a minha opinião: nem sim, nem não, porque estou aguardando o estudo do impacto ambiental, conforme diz o deputado Algaci Tulio, só sei que essa Comissão que eu presido já fez três audiências públicas, uma no município e duas aqui na Casa. Já conversei com o secretário do Meio Ambiente e também com o diretor do IAP, que aliás, foram convidados para virem à audiência pública e não compareceram.

Três sessões, três audiências públicas, em nenhuma vez apareceu o IAP nem o Meio Ambiente, e foram convidados! E aqui, o Brasil inteiro, Jornal do Brasil, Gazeta Mercantil, a imprensa nacional: “Construção de uma termelétrica em Araucária para fornecer energia a Santa Catarina e Rio Grande do Sul”. Agora, nós convocamos aqui o IAP, convocamos o Meio Ambiente numa audiência pública. A audiência foi gravada e a taquigrafia desta Casa pôde comprovar que o Instituto Ambiental do Paraná não compareceu na audiência que nós convocamos para nos dar o respaldo técnico necessário para que

aprovemos a construção de uma termelétrica que vai dizer muito sobre as crianças de Araucária. Se hoje temos um número de crianças talvez, num posto de saúde, teremos muito mais com a construção, eu não sei, mas pode ser uma obra de impacto ambiental seriíssimo para a sociedade de Araucária e região metropolitana.

Então, senhor presidente, acho que é cabível, sobretudo porque não esteve aqui o IAP nem a Secretaria do Meio Ambiente quando convocadas para participar dessa audiência pública., seguirmos o nosso trabalho no sentido de termos o respaldo técnico, até porque, dada a autorização pela Casa, evidentemente, qual é a garantia que nós temos que a audiência pública foi realizada na comunidade local? Qual a garantia que temos, porque tem que vir no estudo de impacto ambiental a audiência pública realizada no dia tal no município de Araucária e aonde foi realizada esta audiência pública? Aonde foi aprovada esta audiência pública? Aonde tem isto?

Então, estamos discutindo, deputados, uma obra de grande impacto ambiental, e não vou dizer desde logo que sou a favor nem contra.

Gostaria de receber essa orientação técnica, porque moro em Curitiba e na região metropolitana.

Então, quero ser uma voz segura em favor da população. Pode ser que amanhã o estudo de impacto ambiental me convença. Pode ser. Nós estamos aguardando.

O SR. HERMES FONSECA (Pela Ordem)

Senhor presidente, faço um apelo a esta Presidência, que nós vamos ter que trazer para o plenário um professor de língua portuguesa para fazer interpretação de texto aqui também. Nós tivemos uma dúvida jurídica em Sessões anteriores e a Mesa decidiu da maneira dela e cabe a nós um outro recurso judicial.

Agora, aqui não é possível recurso judicial numa coisa que está lógica e que só é possível votar esse projeto aqui depois de apresentado o projeto técnico.

É este o apelo que eu faço...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu volto a afirmar que V. Exa. está levantando questão de ordem de uma decisão que a Presidência já tomou e esta Presidência não vai voltar atrás. Eu me comprometo a fornecer a V. Exa. depois, posteriormente, o parecer do professor de português.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, depois “Inês é morta”. Então, não podemos ficar aqui com a arrogância do líder do Governo toda vez que se dirige para defender alguma questão de ordem aqui e colocar a questão, fica agredindo os outros, porque a agressão é ele mesmo que está fazendo ao vernáculo. Ele quer ser professor de Direito aqui e ser professor de português.

O SR. DURVAL AMARAL

Meu prezado deputado Hermes, eu não tenho inveja, deputado Hermes. Acho que arrogante está sendo o senhor nesta posição. Acho que as nossas diferenças no Direito não vêm ao caso aqui na Sessão. Então, o senhor me respeite que eu vou sempre tratar com respeito V. Exa..

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Por decisão desta Presidência, nós vamos colocar inicialmente o requerimento do deputado Algaci Tulio em votação e posteriormente da deputada Luciana Rafagnin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, para que os deputados que se sucederam neste microfone, com a justificativa que apresentaram, a fim de que os deputados não tenham co-responsabilidade, aqueles que entenderam que não têm orientação técnica do estudo de impacto ambiental, eu solicito aos deputados que usemos então o Regimento Interno, retirando-se do plenário, a fim de que fique o ônus absolutamente para a Bancada do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação o requerimento nº 2776, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente, solicitando a retirada do item 11, da Ordem do Dia, Projeto de Lei nº 325/2000, para que seja apreciado pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Casa. Rejeitado.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação, com chamada nominal dos senhores deputados.

Solicito ao senhor 1º secretário, deputado Edno Guimarães, a chamada dos senhores parlamentares.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Edno Guimarães)
(Procede à chamada nominal)**

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente, fui eu quem solicitei a chamada nominal, mas dispensou.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vamos fazer a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Algaci Tulio, queiram levantar-se.

Um parlamentar.

Os senhores parlamentares que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. DURVAL AMARAL

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O regimento não permite.

Vamos fazer a verificação de votação.

Os senhores deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e seis senhores deputados, com V. Exa. vinte e sete, e com o presidente, vinte e oito.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, gostaria de saber do senhor 1º secretário, quantos votos foram contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vinte e seis senhores parlamentares, com V. Exa. que votou favoravelmente, vinte e sete, com o presidente presidindo o ato, há número para a decisão da votação.

Requerimento nº 2781, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando seja suspensa a tramitação do Projeto de Lei nº 325/2000, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, pelo tempo necessário à discussão e aprovação do Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente - RIMA, conforme o disposto no artigo 209 da Constituição Estadual.
Em votação.

Os senhores deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Um senhor deputado aprova, deputado Augustinho Zucchi.

Os senhores deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e seis deputados rejeitam o requerimento.

Está rejeitado o requerimento.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 325/2000, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que aprova a construção de usina Termoeletrica da Zona Industrial ZI-1 do município de Araucária. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA nº 136/2000, de 10/10/2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 325/2000

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre deputado Valdir Rossoni, aprova a construção de Usina Termoeletrica na Zona Industrial ZI-1 do município de Araucária.

Chamada esta Comissão a se manifestar e após a análise constitucional e legal da matéria, verificamos que, com base no artigo 209 da Constituição Estadual, nada obsta a sua legal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 07.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 325/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo aprovar a construção de Usina Termoeletrica na Zona Industrial ZI-1 do município de Araucária.

Podemos observar a existência de parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão, de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa, não encontrou nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação.

Sendo assim, esta Comissão opina favoravelmente ao presente plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.2000.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 325/2000

P A R E C E R :

De autoria do deputado Valdir Rossoni, o projeto de lei em questão objetiva a construção de Usina Termoeletrica na Zona Industrial ZI-1 do município de Araucária.

Ao passar pela análise da Comissão de Constituição e Justiça e Finanças, a matéria veio a receber parecer favorável.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, ao ser chamada a opinar, em conformidade com o artigo 33, parágrafo 6º do Regimento Interno vem fazê-lo, favoravelmente, enfatizando o mérito de tal propositura trazendo benefícios à população em geral, inclusive geração de empregos e renda, sendo a existência de energia disponível, de importância crucial para manter e aumentar os padrões de vida da população, bem como garantir a continuidade do processo de industrialização no Paraná.

Favorável, é o parecer!

Sala das Comissões, em 12.12.2000.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

DIVANIR BRAZ PALMA - Relator

Em discussão.

Encerrada a discussão, em votação.

Chamada nominal dos senhores parlamentares, a pedido do deputado Durval Amaral.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Edno Guimarães**)
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. DURVAL AMARAL
Retiro a chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Está em votação o projeto, já foi encerrado o encaminhamento.

O SR. VALDIR ROSSONI
Como é que quem não está presente na Sessão pode encaminhar? Eu queria saber como.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Regimentalmente o deputado pode chegar à Sessão. Está para encaminhar, não está ferindo o Regimento Interno da Casa.

O SR. VALDIR ROSSONI
Então tem 29 deputados agora, senhor presidente, mas no processo de votação é vedado a qualquer parlamentar se ausentar da Sessão, logo, se no processo de votação o deputado Pessuti...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Mas não chegou a votar ainda.
Informo a V. Exa. que anunciamos mas não iniciou o processo de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI
Senhor presidente, em nenhum momento foi feita chamada nominal para dizer que o deputado Pessuti não estava presente ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Vossa Excelência encaminha.

O SR. NEIVO BERARDIN
Senhor presidente, eu preciso registrar, o deputado Miró e o deputado Traiano acabaram de ingressar no plenário, o deputado Duílio também.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Matéria vencida, não aceitamos mais discussão, o nobre deputado Edno Guimarães que é o 1º secretário merece o respeito e a consideração de todos os parlamentares.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)
O deputado Neivo Berardin não tem a menor condição de fazer qualquer indagação nesse momento, porque ele estava atrás do plenário, enquanto o deputado Traiano aqui estava e respondeu à chamada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Para encaminhar, deputado Orlando Pessuti.
Eu quero informar a V. Exas., que esta Presidência vai adotar o que determina o artigo 166, das votações simbólicas: após proclamado pelo presidente o seu resultado, qualquer deputado que delas tenha participado poderá pedir verificação de votação, quem não participou...

Com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI
Senhor presidente, eu encaminho contrariamente à aprovação do Projeto nº 325, por estar mais do que convencido de que ele não poderia constar da Ordem do Dia da Sessão de hoje.

Eu repito a V. Exa. e aos demais parlamentares que o Regimento é claro e é imperativo, quando diz no artigo 183, letra c, que os projetos em regime de urgência que não tenham recebido das comissões, - ele não diz de uma comissão, de duas ou de três; diz das Comissões, e quando diz das comissões subentende-se das comissões para o qual ele foi autuado e por onde ele deveria tramitar, e diga-se de passagem, essa autuação é feita pelo Departamento Legislativo, evidentemente com anuência da Presidência da Casa, a quem cabe a condução do processo legislativo.

Se o projeto não tinha os pareceres das comissões, não importa se ele estava há um mês, dois meses, seis meses na Comissão de Meio Ambiente, ele deveria receber o parecer da Comissão do Meio Ambiente.

Aprovado o regime de urgência e não tendo o parecer da Comissão do Meio Ambiente, o Regimento é claro, ele diz: - "O projeto será publicado em três sessões na pauta ficando à disposição dos senhores deputados para conhecimento, e após, será incluído na Ordem do Dia".

Isto não aconteceu, portanto, o projeto não tinha como figurar na Ordem do Dia, porque não figurou, conforme estabelece o Regimento, artigo 183 e artigo 93, se não me falha a memória agora.

A segunda questão, senhor presidente, é o artigo 209, trazido inicialmente à discussão pela deputada Luciana Rafagnin. Ele é claro: "Observada a legislação federal pertinente à construção de centrais termoeletricas ou hidreletricas, dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa".

Está mais do que claro e evidenciado nas questões de ordens que foram levantadas por dezenas de deputados, que não se apresentou a essa Casa, ainda, o projeto técnico!

Como é que nós vamos aprovar no escuro? Como é que nós vamos aprovar às cegas a autorização da construção de uma usina termoeletrica se não conhecemos, não sabemos qual é o projeto técnico, não conhecemos o relatório de impacto ambiental! O estudo de impacto ambiental! Não temos conhecimento se o Instituto Ambiental do Paraná - IAP - ou numa instância superior o Ibama, se

deu a esse projeto de construção de uma termoeletrica, o parecer favorável.

Então, senhor presidente, desculpe-me o autor do projeto, o deputado Valdir Rossoni, mas nós não podemos votar favoravelmente porque ele não está respaldado regimentalmente, porque não tem os pareceres, porque não figurou na pauta por três Sessões, porque ele desrespeita o artigo 209, da Constituição.

Nesse momento nós estamos analisando a constitucionalidade, a legalidade daquilo que estamos fazendo. A legalidade não está suprida, não foi atendida, porque o artigo 209 é claro ao dizer que depende, evidentemente, de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia.

O nosso professor Hermes Fonseca foi muito feliz ao demonstrar, pelos conhecimentos que possui do nosso vernáculo, que a aprovação da Assembléia Legislativa sem sobra de dúvida só poderá vir após o relatório de impacto ambiental, após as audiências públicas, após a apresentação do projeto técnico.

Por essas razões, senhor presidente, que encaminho contrariamente a este Projeto, e faço um apelo, ainda derradeiro, aos senhores deputados, que não aprovemos o projeto do jeito que está sendo proposto, porque nós, evidentemente, estaremos assinado um atestado de irresponsabilidade parlamentar, eu diria, por estarmos afrontando o nosso Regimento, por estarmos afrontando a nossa Constituição.

O Regimento fomos nós que fizemos, a Constituição fomos nós que fizemos, e agora estamos passando por cima daquilo que juramos solenemente neste plenário, respeitar e fazer cumprir!

Infelizmente a vontade do líder do Governo de votar o projeto hoje, o deputado Rossoni, de votar o projeto hoje, só faz com que esta Assembléia atrole de forma não recomendável, o Regimento e a Constituição.

Por isso, senhor presidente, voto contrário a este projeto e entendo que o melhor que poderia ter sido feito era realmente a sua retirada da Ordem do Dia, para que amanhã ele figurasse na pauta, na segunda-feira figurasse na pauta, na terça-feira figurasse na pauta e na próxima quarta-feira, dia 12 de setembro viria ao plenário para ser deliberado dentro do aspecto regimental. E, dentro do aspecto constitucional ele teria que aguardar, como sugeri a deputada Luciana, a apresentação do projeto de relatório de impacto ambiental. Sem o que, não tem como votar favoravelmente a uma coisa que não se conhece e que não sabemos quais são os efeitos danosos que poderão causar ao povo paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Respondendo até ao seu encaminhamento, já falei ao deputado Hermes Fonseca que nós vamos fazer uma consulta a um mestre de Português. E com certeza esta consulta também será encaminhada para V. Exa., porque nós não entendemos da forma que V. Exa. está entendendo.

Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN (Para Encaminhar)

Senhor presidente, gostaria de perguntar ao deputado Belinati sobre o que é que nós estamos votando?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Vossa Excelência vai encaminhar...

(Tumulto)

Gostaria de questionar qual o artigo que V. Exa. está citando!

Vossa Excelência tem o direito de encaminhar, agora não pode exigir que um parlamentar preste atenção no seu encaminhamento!

O SR. NEIVO BERARDIN

Se o parlamentar está votando a favor da construção de uma termoeletrica, ele deve saber que resíduo vai se usar. O deputado Custódio, como trabalhador da região de Araucária, também deve saber...

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI (Pela Ordem)

Peço que V. Exa, exclua das notas taquigráficas, porque o deputado Neivo não tem competência para questionar a posição deste parlamentar. S. Exa. se atenha aos problemas da sua região, que eu me ateno aos problemas da minha região. Sou deputado como S. Exa. e estou nesta Casa como deputado mais votado do Estado do Paraná, respeite a minha posição! Jamais questione uma posição sua!

O SR. NEIVO BERARDIN

Não é posição. É conhecimento da matéria.

(Tumulto)

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI

Nós estamos votando a constitucionalidade da matéria. V. Exa. se atenha ao Regimento Interno desta Casa. E V. Exa., senhor presidente, faça cumprir o Regimento, porque o que estamos assistindo aqui é uma barbaridade.

Da mesma forma como o projeto da Copel, a Oposição não quer votar o projeto e fica protelando a discussão, encaminhando por horas e horas e não levando à discussão prática do projeto.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente e senhores deputados. Tem algumas coisas na vida que a gente vai passando por cima, mas chega uma hora...

O SR. ALGACI TULIO (Questão de Ordem)

Tenho o maior respeito pelo deputado Antonio Carlos Belinati, mas acho que acabou atravessando no seu discurso, invadindo uma área que não precisaria ter invadido. Agora, nos cutucou, aqui, com vara curta, senhor presidente! Temos o direito de discutir, dentro do Regimento Interno da Assembléia, tantas quantas vezes, mas dentro do que o Regimento permite.

Agora, o que não pode é vir o deputado Belinati dizer que a Oposição levou o projeto na discussão exaustiva, porque há interesse político. Não é não, deputado! Na sua cidade, em Londrina, a pesquisa apontou maioria contrária à aprovação da venda da Copel. A Igreja na sua cidade também foi contra, a Maçonaria também!

Então, V. Exa. não pode jogar aqui para este lado esta responsabilidade!

Era esse registro, senhor presidente.

O SR. NEIVO BERARDIN

Esquecendo um pouco a discussão com o deputado Antonio Belinati, queria então a opinião do deputado Ricardo Maia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência não pode questionar. É para encaminhar!

O SR. NEIVO BERARDIN

Aqui é um Parlamento!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência tem que respeitar o Parlamento, e está desrespeitando companheiros seus, aqui!

O SR. NEIVO BERARDIN

Não estou, não! Todos poderão sustentar. Tenho certeza que o deputado Valdir Rossoni saberá sustentar.

O SR. VALDIR ROSSONI

Todos poderão, mas não precisam sustentar. Eu sustento o projeto aqui, senhor deputado!

O SR. NEIVO BERARDIN

Mas eu tenho dúvidas que V. Exa. vai sustentar o projeto, porque V. Exa. sabe...

O SR. VALDIR ROSSONI

A sua dúvida não é meu problema!

O SR. NEIVO BERARDIN

Acontece o seguinte: o parlamento em si está discutindo uma obra de grande impacto ambiental. E vejam o seguinte: Serão lançado no ar aproximadamente 44,43 ton. por dia de poluentes, poeira, cinza, gases, etc; serão lançados 380 kg por dia, também, de lixo tóxico. Um rio será usado em Araucária, senhor presidente!

Eu fundamento minha posição baseado na Constituição, no artigo 109, porque o EIA deveria estar respaldando a parte política, porque muitos políticos não sabem o que estão votando! Mas estão votando! E estão decidindo! Agora, eu não posso indagar de um voto, que vale um voto, que vale uma vida, quem sabe muitas vidas em Araucária, quem sabe muitas vidas em Curitiba, porque poderá aumentar o número de crianças em postos de saúde, na madrugada, por problemas ambientais.

Eu não posso perguntar ao deputado se ele sabe ou não sabe o que ele está votando. Agora, se nós não temos o respaldo técnico, temos a parte política do lado de lá! Que ela seja contundente! Que ela seja uma força política da maioria, com competência, capaz de nos convencer! É o mínimo, senhor presidente! Como nós não temos o EIA, que os deputados que estão dando esta sustentação, nos convençam de alguma coisa!

Agora, só o deputado Rossoni discute a matéria, e os outros deputados? Apenas votam? Apenas fazem número? Vamos discutir. Os deputados da região metropolitana! Está aí o deputado Ricardo Chab, deputado que tem destaque em Curitiba e região metropolitana. Tem programa de rádio. Por que não pode defender? Ele está votando! Por que não defende o que está votando?

É isto que nós precisamos começar a ver, esta sustentação parlamentar convencer os deputados!

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Ouvindo atentamente ao pronunciamento do deputado Neivo Berardin, não vou conceber isto. Desculpe, senhor presidente, mas isto aqui não se trata de “Escola do professor Raimundo”! Muito menos da “Escolhinha do professor Neivo”. O deputado Neivo Berardin, que agora chamo de professor, não está aqui para dar aula para ninguém. Até porque cada um sabe o que está votando, aqui. Eu, em particular, sei. Se o senhor não sabe o que fala, eu sei o que eu voto.

Então, o senhor me respeite, assim como eu lhe respeito. Não lhe falto com o respeito. Agora, daqui para frente, o senhor vai ouvir muito do Ricardo Chab.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. CUSTÓDIO DA SILVA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, devido desde outubro este projeto estar tramitando na Comissão de Meio Ambiente e até agora não teve um laudo definido, eu, como representante dos trabalhadores nesta Casa, estou preocupado também com a geração de empregos. Se a Comissão de Meio Ambiente não se preocupou a dar o lucro necessário que esta Casa precisa, eu, como representante dos trabalhadores, tenho que votar no projeto para gerar emprego, porque é isto o que os trabalhadores precisam na Cidade Industrial e principalmente em Araucária.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, vou encerrar porque infelizmente estou sendo mal interpretado.

Só queria dizer ao deputado Custódio que não é “laudo”. É parecer.

O SR. ALGACI TULIO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu quero passar apenas alguns dados e quero dizer que eu ainda não tenho uma posição em relação ao meu voto. mas eu quero chamar a atenção para esta

Casa e só isso que a Comissão de Meio Ambiente e Ecologia da Assembléia está atenta, está debruçada sobre o projeto. Não está sentada; está debruçada. Este projeto vem trazendo grande preocupação à população local, pois Araucária é a cidade mais poluída do Paraná aonde estão instaladas indústrias altamente poluentes, como a refinaria Petrobrás, a Ultrafertil, a Cocelpa (fábrica de papel) a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Siderúrgica Guaíra, a Berneck (aglomerados de madeira), a Cancela, refinadoras de óleo vegetais, dentre outras.

A Cofepar irá utilizar como combustível 3.500 toneladas dia de resíduos asfálticos e óleo combustível produzidos pela Petrobrás, lançando na atmosfera mais de 44 toneladas por dia de poluentes particulados e gases altamente tóxicos, além de 380 quilos de amônia. Ainda segundo os próprios documentos da Cofepar, a usina vai gerar mensalmente 141 toneladas de resíduos tóxicos classe 1 (os poluentes mais perigosos que existem segundo a legislação brasileira), dos quais apenas 66 toneladas serão retidas pelos filtros, liberando as restantes 75 toneladas de particulados extremamente perigosos para a saúde humana.

Além desses poluentes altamente nocivos à saúde serão convertidos em vapor 33,9 milhões de litros de água por dia, ocasionando a formação de densas nuvens a baixa altitude, que além de contribuírem para o aumento da temperatura em 1,1° C num raio de aproximadamente 50 km, favorecendo a retenção dos gases tóxicos acima citados, situação agravada pela inversão térmica, comum nos meses de inverno.

O colossal volume de água necessários para operar a usina será retirado do Rio Verde, situado entre Araucária e Campo Largo; é dos rios com melhor qualidade da região, que deveria ser utilizado para abastecimento da população de 340.000 pessoas por dia. Enquanto isso, a população de Araucária e região metropolitana recebem água de pior qualidade e ainda sofrem com constantes interrupções no abastecimento.

A Cofepar pretende gerar apenas 50 empregos, e ainda assim, para técnicos altamente especializados.

Economicamente não existe nenhuma vantagem na instalação desta usina para o município de Araucária, ou mesmo para o Paraná, pois os impostos gerados pela energia elétrica são recolhidos no local do consumo (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e não no pólo gerador Araucária.

Vale lembrar que Araucária, apesar de ser o segundo município que mais arrecada ICMS no Paraná, sofre todo tipo de carência quanto aos serviços públicos básicos (saneamento saúde, educação, segurança, lazer), numa clara demonstração que a vinda de indústrias para o município não promoveu a melhoria de vida da sua população.

A população de Araucária, diretamente afetada pelas péssimas condições ambientais da cidade, está se mobilizando.

Trabalhadores da indústria, comércio e serviços, professores, estudantes, associações de moradores, ambientalistas, sindicatos, lideranças políticas e religiosas, agricultores, estão se organizando para lutar pelo direito à saúde e boa qualidade de vida.

Pesquisadores e técnicos de universidades, além de especialistas em termoeletricas, estão apoiando o movimento popular para impedir a instalação da usina, pelos evidentes prejuízos ambientais já existentes na região. É importante lembrar que não existe em nenhum lugar do mundo uma usina dos moldes desta que querem construir em Araucária, o que só aumenta a preocupação quanto aos seus efeitos para a saúde humana e para o ambiente.

Este é o documento, senhor presidente, baseado em dados técnicos, pareceres, por técnicos, por várias universidades que estiveram em Araucária discutindo a questão dessa usina termelétrica.

Por isso, as organizações civis e a população de Araucária, reunidas no Seminário Poluição e Qualidade de Vida, promovido pelo Fórum Contra Poluição, reunidos em 21.04.2001 no salão paroquial da Igreja Matriz Nossa Senhora dos Remédios, tendo por base os conhecimentos trazidos por especialistas de diversas áreas técnicas e cientistas, como advogados, médicos, engenheiros, biólogos, educadores, faz às autoridades públicas as seguintes recomendações aprovadas em reunião plenária:

1 - A realização de estudos imediatos que permitam a determinação da capacidade de suporte ambiental da região de influência da Cidade Industrial de Araucária, levando em conta, inclusive os empreendimentos, ainda em fase de instalação.

2 - Elaboração de um EIA RIMA, estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental para o distrito de Araucária.

3 - Elaboração de uma legislação ambiental específica para Araucária, tendo em vista as condições atuais de grande concentração de empreendimentos poluentes, o que faz da qualidade ambiental um problema de saúde pública.

4 - Elaboração de um estudo de impacto ambiental para orientar a expansão urbana de Araucária.

5 - Publicação mensal em jornal local dos dados epidemiológicos do municípios de Araucária com base diárias.

6 - Estabelecimento de um sistema de monitoramento da poluição de Araucária, principalmente do ar, com a obrigatoriedade da publicação dos dados com o controle participativo através de uma comissão composta por representantes da sociedade, organizações não-governamentais, universidades.

Esta rede deverá utilizar-se dos equipamentos já disponíveis;

7 - A implementação, pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e o Instituto Ambiental do Paraná, da lei que determina a criação dos Comitês de Bacias;

8 - Implantação de programas de conservação de solos no município de Araucária;

9 - Requer ao IAP a realização de audiência públicas em todos os municípios da área de influência da usina da Cofepar, que vai atingir um raio de 50 km, inclusive a capital do Estado do Paraná, a região Sul do Paraná;

10 - Reativação da Condema;

11 - Criar um programa de educação ambiental para rede de ensino de Araucária, onde estejam contemplados nos conteúdos curriculares informação sobre a qualidade ambiental do município.

Senhor deputados, numa das audiências ouvimos aqui uma componente da Secretaria Municipal de Saúde de Araucária, que o município tem o maior investimento na área de saúde, proveniente dessas indústrias poluidoras que estão instaladas naquele município.

V. Exas. sabem qual é o equipamento mais vendido em Araucária? O inalador! Não sou eu que estou dizendo, foram os depoimentos que coletamos dentro da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Casa.

Senhor presidente, quero dizer que pretendo ficar com a minha consciência tranqüila de não ter sido elemento provocador de mais males, não só para a população de Araucária, mas a Cidade Industrial de Curitiba. Talvez alguns deputados não conheçam a cidade de Araucária; não precisa nem entrar na cidade para sentir a péssima qualidade do ar e ver o que estamos dizendo.

Por isso, esta Casa não pode correr o risco de autorizar uma obra sem ter todo o conhecimento do processo, sem ter este EIA RIMA na mão, para que possamos ter a tranqüilidade de não sermos amanhã ou depois, acusados de provocar um genocídio, de provocar morte de crianças, senhor presidente, de provocar um aumento de crianças na rede especial de educação. Crianças nascendo deformadas, senhor presidente! O que vimos nesta Comissão de Meio Ambiente, foram depoimentos gravíssimos, foram depoimentos comoventes de familiares; são laudos, documentos, que vieram para esta Comissão. E se esta Comissão não concluiu ainda este seu parecer, não foi por má vontade, não foi por outro interesse, senão, senhor presidente, de estar envolvidos na questão da Copel!

Esta Casa praticamente parou nas demais Comissões, e tratou só desse tema. Por isso, peço bom senso, neste momento. Não é para o deputado Algaci Tulio, é para este documento que está aqui, senhores deputados! É para os dados apresentados, nessa discussão e em audiência pública que tivemos na Câmara Municipal de Araucária durante quase cinco horas! O prefeito Albanor Gomes, de Araucária, pediu uma pesquisa, e essa pesquisa não tenho aqui em mãos os dados, ainda, não sei qual é o resultado, porque o prefeito também não tem ainda, deputado José Maria Ferreira. Uma consciência de que esse empreendimento econômica e ambientalmente, é bom para cidade.

Então, é preciso que esta Casa, não vote apenas na vontade do rolo compressor, na queda de braço, e dizer: “Vamos aprovar de qualquer maneira”!

Estou pedindo apenas o bom senso, senhor presidente.

Por isso, deixo registrado nos Anais desta Casa, a minha posição, porque amanhã ou depois, a minha consciência não vai me cobrar.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Vejo com preocupação a aprovação deste projeto. Nós estamos abrindo um precedente, a Assembléia Legislativa do Paraná está abrindo um precedente, que com certeza, será cobrado pelas futuras gerações. Nós estamos, na verdade rasgando a Constituição Estadual, a Constituição Federal, porque o artigo 225 da Constituição Federal é claro: há necessidade de estudo prévio de impacto ambiental, estudo prévio.

A Constituição Estadual, no artigo 209, diz que as centrais termelétricas e hidrelétricas, dependerão de um projeto técnico de impacto ambiental, aprovado por esta Assembléia Legislativa. E mais: a preocupação dos deputados constituintes com esse assunto, senhor presidente, diz ainda: que as centrais termonucleares, precisam, além da aprovação da Assembléia, de aprovação do povo, através de um plebiscito.

Se aprovarmos desta forma esse projeto, amanhã, e hoje já é permitido, qualquer empresa privada que queira construir uma hidrelétrica no Estado do Paraná poderá fazê-lo sem aprovação da Assembléia Legislativa e sem que previamente tenha sido feito um estudo de impacto ambiental.

Então, a Constituição Federal é clara, “estudo prévio”. Mas primeiro precisaríamos ter esse estudo através do IAP. E o que é o IAP? Quem aprova o estudo de impacto ambiental? É o IAP, que é órgão do Governo do Estado.

Acho que o deputado Valdir Rossoni, que a influência que ele tem no Governo do Estado, como ex-líder do Governo, poderia pedir para que o IAP acelerasse esse estudo de impacto ambiental, para que pudéssemos votar com tranqüilidade.

A impressão que está dando aqui, senhor presidente é que o IAP está se negando a dar essa aprovação e estamos aqui referendando ou até forçando o IAP, para que depois venha dar um parecer favorável, porque a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, representante do povo do Paraná, já aprovou o projeto.

Acho que estamos cometendo um erro grave, pelo qual seremos cobrados no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Volto a afirmar a V. Exa., o que afirmei aos demais parlamentares: confesso a V. Exa. que vou realmente fazer essa consulta a um professor de português, um mestre, porque não entendo que estamos ferindo a Constituição no seu artigo 209.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Artigo 225 da Constituição Federal, senhor presidente, no inciso 4º.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. citou também o 209!

O SR. CEZAR SILVESTRI

209 da Constituição Estadual!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estou respondendo em relação ao 209.

E o projeto, como V. Exa. falou, do deputado Valdir Rossoni, só será autorizado após o projeto ambiental.

Então, não estamos ferindo qualquer... É entendimento de V. Exa. e entendimento desta presidência.

Está em votação o projeto.

Para encaminhar, o deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. VALDIR ROSSONI

Peço para encaminhar, já que teve 3 encaminhamentos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. encaminhará depois, deputado Valdir.

O SR. VALDIR ROSSONI

Mas o bom seria, um favorável e outro contrário, porque senão, de repente o professor Neivo Beraldin poderá achar errado.

Mas acato a sua decisão.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, eu gostaria que V. Exa. pudesse dedicar um pouco de atenção àquilo que nós falaremos aqui.

Estou estranhando aqui nesta Casa, o seguinte: por que tanto amor a essa termoeletrica e tanto ódio à Copel.

É uma questão de “paladar”, me parece!

Talvez a matéria prima que gera a energia, insatisfaça a bancada governista, e, por via de consequência, estamos do outro lado.

Com todo o respeito, mas o que vimos aqui, foi um ataque frontal à Copel!

O presidente Ingo Hübert veio aqui e desmereceu a companhia para justificar a sua venda.

Durante todo esse tempo nós vimos aqui um ataque cerrado à Copel, porque ela tem uma energia limpa que vem filha da água.

Agora, estou vendo também um amor acendrado à poluição.

Estou cansado de ouvir, ao longo da minha vida, o seguinte: Olha, nós estamos atrás da aplicação de recursos e da criação de empregos.

E acabam com a mata, com o ar e com a água. Poluem tudo, em nome do maldito lucro!

Vamos criar não sei quantos empregos!

O deputado Algaci Tulio, o deputado Neivo Beraldin, uma dúzia de deputados, talvez já elencaram os malefícios que provêm da poluição, mas me parece que é uma questão de paladar mesmo! Alguns gostam mais de espaguete, outros preferem outro prato, mas nós não podemos remeter essa decisão, senhor presidente, a uma questão simples, como está se colocando aqui.

Por isso que falei no começo, que gostaria e levantei uma questão de ordem, a atenção de V. Exa. para o seguinte: Leio trecho da Constituição Federal, Capítulo 6º, página 122, do Meio Ambiente: “Todos tem, direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, e essencial à sadia qualidade de vida. Impondo-se ao Poder Público e à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Aí, vamos continuando, senhor presidente, para assegurar a efetividade deste direito, incumbe ao Poder Público.

Vamos lá para o item 4º:

“Exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente. Estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade”.

Senhor presidente, não se vota nada antes do parecer. Ninguém registra o filho antes de nascer. É preciso que ele seja gerado e que nasça, para que possamos ir ao Cartório registrar.

Aqui também, senhor presidente, o nascimento dessa termoeletrica exige, no começo, que haja o Rima, o Impacto Ambiental chegando aqui. Estudo prévio de impacto ambiental.

Senhor presidente e senhores deputados, respeito e volto a dizer pela milésima vez, as posições de todos. Eu tenho as minhas próprias posições, talvez elas nem sejam as corretas, mas eu as defendo com convicção. E deputado Nelson Tureck, eu respeito todos e cada voto que será extraído deles, cada um tem o direito de votar como bem entender a sua consciência, os seus grupos populacionais, essa coisa toda. Mas, estou preocupado com a constituição.

Ulisses Guimarães dizia o seguinte: “rasgar a Constituição jamais, nunca”. quem rasgou a constituição lá atrás, foi quem? Aqueles que feriram a Democracia de morte neste País. E nós tivemos que, ao longo de todos esses anos, todos inclusive a presença do presidente da Assembléia Legislativa, nós precisamos trabalhar muito para resgatar a democracia e impormos novamente aqui a vida democrática.

Por isso, senhor presidente, a minha preocupação. V. Exa. merece o maior respeito e tenho demonstrado isso algumas vezes, até através dos microfones da Assembléia Legislativa. A lei emanada da Constituição é peremptória. Antes de mais nada, temos que ter o estudo prévio de impacto ambiental. Prévio! Antes! Antes de tudo.

E agora me remeto até o texto 209 do próprio Regimento que também, no meu entendimento, após o

projeto técnico de impacto ambiental, é que virá a aprovação ou não, da Assembléia Legislativa. É dessa maneira que nós entendemos as coisas.

Eu gostaria de dizer uma palavrinha ao deputado Antonio Carlos Belinati, que ninguém está fazendo política aqui, ninguém está visando benefícios eleitorais nem nada. Novo ainda, acho que ele tem possibilidade de se firmar cada vez mais. E eu compreendo, também, porque o nosso companheiro Neivo Beraldin, no meu entendimento e eu sou um homem que joga às claras, acho que houve excesso de V. Exa.

Nós estamos, nesta Casa e nós precisamos, acima de tudo, preservar o Poder Legislativo, que foi até motivo de uma reunião hoje, sob a presidência do nosso presidente da Casa. Os nossos problemas particulares de humor, de confronto devem terminar aqui.

O Poder Legislativo está acima de todos nós e eu sempre fui um homem que me submeti, até para dizer uma palavra em relação ao presidente, quando ele falou que eu estava querendo impor alguma coisa à presidência, senhor presidente não.

A minha vida mostra o seguinte: fiz parte de um governo que criou em uma época, o chamado Conselho Político. E muitas vezes eu era derrotado dentro do conselho político, eu prefeito, e eu colocava em execução aquilo que os companheiros em maioria, tinham decidido.

Acho que a minha palavra é no sentido da Democracia. E eu procuro, com toda a humildade, colocá-la em prática. Acho que a Assembléia, já falei várias vezes é necessária à vida democrática. Aqueles que diminuem o papel do vereador, do prefeito, do deputado federal, do deputado estadual, do senador, dos governadores, e ação dos políticos, não fazem um bem à democracia. A atividade política é, sim, muito valiosa à vida de todos nós. E ela precisa, através da Assembléia Legislativa, mesmo nesses confrontos todos, sempre pairar acima dos interesses que possamos ter, individualmente, ou através de grupos que se formem aqui.

É essa a minha posição, senhor presidente. A Constituição fala em parecer prévio, na necessidade de termos um estudo nesse sentido da implantação das termelétricas.

Como é que alguém, por exemplo, vai fazer uma operação cardíaca, se antes ele não pratica todos os exames necessários para levantar a situação desse coração de ser humano? Vai lá e vão fazer um levantamento. Depois vai fazer a operação. Aqui também. Primeiro, o parecer prévio sobre o meio ambiente. Depois a presença da Assembléia votando, como a maioria está delineando para aprová-la, e nós somos respeitadores da vontade que se estabelece através do voto.

Muito obrigado!

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Senhor presidente, V. Exa. que sempre dirigiu esta Casa com sabedoria, de forma democrática, e até para

que sirva de subsídio para que V. Exa. possa tomar uma posição sobre essa questão, quando eu citava o artigo da Constituição Estadual, também, o artigo 207, senhor presidente, que fala do meio ambiente, inciso V, diz o seguinte: “Exigir a realização de estudo prévio de impacto ambiental para a construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação e operação de atividades ou obras potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, do qual se dará publicidade”.

Então, além do estudo prévio, senhor presidente, a Constituição diz que há a necessidade de se publicar, de se dar conhecimento ao público de como foi feito esse estudo prévio. Então, na Constituição Estadual também há essa necessidade do estudo prévio, não somente na Constituição Federal.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados.

Eu, sinceramente, quando vejo alguns pronunciamentos aqui, desde o episódio da Copel e hoje, eu me encho de orgulho quando vejo algumas pessoas falando e sendo coerente. Por outro lado, entristeço-me do vocabulário usado aqui em determinados momentos por alguns parlamentares. Fico aborrecido, porque certamente o povo paranaense desejaria e deseja ter aqui nesta Casa um tratamento parlamentar que nós devemos ter entre parlamentares.

Senhor presidente, todos os argumentos usados, e diga-se de passagem, tem alguns Parlamentares que têm uma capacidade incrível de transformar um benefício em algo que vem prejudicar a população. Eu só queria aqui perguntar para mim mesmo, se esse projeto está nesta Casa desde outubro de 2000. Após ter entrado com esse projeto, alguns dias depois entrei com um pedido de regime de urgência.

Procurado pelo presidente da Comissão de Meio Ambiente, ainda no ano 2000, entendi que deveria abrir mão do meu pedido de urgência e dar tempo para que a Comissão pudesse fazer o seu estudo e dar o seu parecer. Veio o final do ano. Começou o ano legislativo de 2001. No mês de maio procurei o presidente e disse: “Senhor presidente, está o meu projeto paralisado, com regime de urgência. Gostaria que V. Exa. colocasse na Ordem do Dia, como fazem todos os senhores parlamentares.”

O presidente, no mês de maio, colocou o meu projeto novamente na Ordem do Dia. Procurado pelo presidente da Comissão, deputado Neivo Beraldin, para que déssemos mais um tempo para que ele pudesse dar o seu parecer a esse projeto. Abrimos mão novamente. Há poucos dias atrás novamente procurei o deputado Neivo Beraldin e disse: Deputado, nós precisamos votar o projeto porque a empresa que vai fazer este investimento está aguardando há praticamente um ano para saber a decisão dos representantes do povo paranaense, se ela vai investir esses recursos nessa obra ou não vai. O que aconteceu?

Novamente não aconteceu o parecer da Comissão do Meio Ambiente e eu ontem pedi ao presidente que

colocasse esse projeto na Ordem do Dia, que é um direito regimental deste parlamentar por ele estar em regime de urgência. Os argumentos, e eu gostaria que os deputados pudessem usá-los, nós teremos oportunidade de discutir esse projeto no seu mérito, em segunda votação, e também teremos, está aqui no projeto, e a ordem dos fatores, já foi falado pelo nosso líder, deputado Durval Amaral, não altera, a lei é clara, deixa certamente tudo esclarecido - artigo 2º - a construção da usina mencionada no artigo 1º desta lei está condicionada à discussão do relatório de impacto ambiental, o RIMA, em audiência pública, com a participação das populações atingidas pelo empreendimento, e a concessão desse licenciamento pelo Instituto Ambiental do Paraná, com emissão de licença prévia na forma da lei.

Senhor presidente, a lei diz tudo. O meu projeto está deixando claro que fica condicionado ao RIMA.

Então, eu invoco aos senhores parlamentares de quem está em busca de desenvolvimento deste Estado e da visão estratégica que temos deste Estado e da necessidade que temos de dar liberdade, respeitando as questões ambientais, aos empresários que querem aqui investir, eu invoco aqui aos senhores parlamentares que aprovemos esse projeto que certamente nós estaremos dando uma contribuição ao povo paranaense para o desenvolvimento deste Estado, para a geração de emprego, porque outros Estados certamente estão tendo hoje na sua administração estadual esta visão e nós vamos dar mais esta contribuição, porque imaginem os senhores, são 653 megas que vão ser gerados. É 14% do que geral a Copel a nível de Paraná.

É um empreendimento, senhores parlamentares. Claro que temos que fazer aqui todas as exigências na questão ambiental. Eu concordo com isto. Mas nós, como trouxe a revista Veja há alguns dias atrás, não podemos nos apegar a algumas questões e veja lá não sei onde no Brasil, não recordo o local, por causa de alguma meia dúzia de morcegos está interrompida uma obra que poderia gerar muitos megas para que não houvesse esta crise tão intensa de energia elétrica no Brasil.

Então, eu acredito que nós devemos, sim, respeitar as questões ambientais. serei um defensor intransigente das questões ambientais. Mas também serei um defensor intransigente, cumpridas as questões ambientais, para que esses investimentos, em torno de um bilhão de reais, investidos no Paraná, gerando emprego e riqueza.

Por isso, peço aos senhores parlamentares, que votemos favoráveis.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)

Senhor presidente.

Acho que o conhecimento científico que a humanidade construiu, nesses últimos anos, demonstra que as atividades econômicas, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos - é um avanço da legislação que temos, aqui, no Brasil -, tem que de alguma forma preservar o meio ambiente.

Ouvi o deputado Valdir Rossoni repetir um galar-dão, que muitas vezes, muitos de nós, de uma forma impensada repete: Ah, porque alguém está defendendo o mico-leão-dourado; Ah, porque estão defendendo o papagaio-de-papo-roxo. É preciso lembrar que nós não temos mais florestas. O Paraná era cheio de florestas - não tem mais floresta! O Brasil tinha - não tem mais floresta! Todos vocês conhecem a Europa - os problemas ambientais europeus são gravíssimos. Lá, a legislação ambiental, pelo Parlamento da Europa inteira, é absolutamente rigoroso. Está proibido a geração de energia nos próximos anos, na Europa, em cima de energia atômica. Não é por causa da questão apenas ambiental, é por causa dos riscos humanos que pode trazer, porque não se tem aonde deixar o lixo, os resíduos atômicos. A legislação moderna da Europa está proibindo a usina atômica. O governo alemão, onde a grande maioria da geração de energia, é com base na energia atômica, está dispendendo um volume enorme de recursos, para reverter a fonte de energia, para que não seja mais de energia atômica. Não apenas pelo que aconteceu em Chernobyl, é por uma consciência ecológica do planeta.

Fico pensando, nós, no Paraná, temos a possibilidade de construir mais uma hidrelétrica, na região de Capanema, no Rio Iguaçu, com o valor de megawatts igual a de Salto Caxias. A Copel só não autoriza e o governo do Paraná só não autoriza, porque o impacto ambiental, o mundo não aceitaria, porque as reservas do Parque Iguaçu, seriam completamente destruídos. Está em jogo uma consciência. Está em jogo nós tentarmos adequar o desenvolvimento da economia, geração de emprego e de riqueza, a alguns conceitos de conhecimento científico e técnico, para que faça com que a humanidade, os nossos filhos tenham um lugar para poder viver, um planeta, para poder preservar.

As águas dos nossos rios estão completamente poluídas, principalmente no Brasil, que é um País de terceiro mundo, onde a consciência dos nossos empresários e o sistema do capitalismo, não estão preparados no sentido de impor nas fábricas, filtros que possam possibilitar com que os dejetos oriundos da atividade empresarial, que gera emprego e riqueza, não vão destruir a natureza.

Na Europa e na Inglaterra o volume de recursos que o Estado Inglês, teve que despejar, para resgatar a vida no Rio Tâmisa, onde Londres foi fundada, é um volume incalculável nesses últimos vinte anos.

Fico me perguntando se a legislação está dizendo que, para a construção de determinados tipos de obras, é preciso que se tenha um projeto do impacto ambiental.

Se isso está na Constituição do Estado, na Constituição Federal, fico me perguntando, o deputado Valdir Rossoni vem, aqui, para a tribuna e diz o seguinte: o meu projeto prevê exatamente o condicionamento ao impacto de EIA RIMA.

Ora deputado Rossoni, se o seu projeto prevê o condicionamento, quero saber quais as razões que o senhor tem, para fazer com que essa votação seja apres-

sada, que a gente não aguarde. Apressada, porque pode demorar um ano, dois anos - o projeto não é seu. Não está em jogo o seu nome. Vamos separar essas coisas, deputado Valdir Rossoni, eu não estou dando, esse projeto não é um nome de rua, não é utilidade pública, não é louros para o senhor; nós estamos tratando de um projeto que tem a ver com a economia e com a preservação da sociedade, da vida no Estado do Paraná.

Então esse projeto, se tiver que demorar 2 anos, se o impacto do EIA RIMA não vier, desculpe-me, mas não é um problema nosso aqui da Assembléia, não é um problema do senhor, é um problema de quem está querendo construir, do governo do Estado que está pedindo autorização, e dos órgãos competentes do Estado que não estão providenciando o relatório.

Agora, o senhor quer atribuir à Comissão do Meio Ambiente, que não tem o relatório de EIA RIMA. Não é atribuição dela, quer dizer, surge a justificativa de que o senhor deu prazo, mas não é isso também que estamos discutindo, estamos discutindo algo que a Constituição prevê, é algo importante para o Estado do Paraná.

Que pressa é essa desse grupo empresarial? É a Petrobrás que está com pressa? Manda a Petrobrás vir aqui conversar conosco, dizer porque é que o impacto do EIA RIMA não está saindo. É o secretário do Meio Ambiente que está solicitando este projeto? Qual é o problema? O Paraná não está precisando, nesse momento, de energia elétrica, como já disse aqui outro deputado. O ICMS não vai ser para nós, se essa energia elétrica for vendida para fora. Então, qual é a razão, onde estão os problemas?

Agora não entendo esse aqodamento em cima da Assembléia Legislativa de forçar uma situação com que a gente abra mão de algo que a Constituição prevê, recomenda que nós votemos e demos autorização de acordo com o projeto de impacto ambiental.

Imagina, o senhor concorda que a gente autorize a construção, pela iniciativa privada, que comprar a Copel, se comprar a Copel, que nós autorizemos hoje, já, aqui, amanhã.

Desafio o senhor. Coloque um projeto dessa natureza também, autorizando a construir no Rio Iguaçu, na região de Capanema uma hidrelétrica, igual a de Salto Caxias.

Produz mais e mais barato ainda. É a mesma coisa, sem impacto de EIA RIMA.

Então veja deputado Valdir Rossoni, eu fiz um apelo ao senhor, outros deputados fizeram um apelo de que V. Exa. protelasse; eu não sou contra termelétrica, quero lhe dizer isso, eu sou favorável a termelétricas, acho que essa é a fonte de energia que nós podemos aproveitar porque dos rios não dá mais, acho que é esse o caminho.

Mas, não dá para entender porque eu solicitei, outros deputados solicitaram há 48 horas, a Comissão tem um prazo para fazer o parecer, procurem ver por que não tem o EIA RIMA, se não vai sair do EIA RIMA, até

48 horas, a Comissão de Meio Ambiente pelo menos tem que dar o parecer e fim de papo, vota-se o senhor tem maioria aqui no plenário, e derrota aqueles que têm posição contrária.

Mas eu não posso entender as razões que levam a Assembléia votar sem o EIA RIMA, o exemplo é o mesmo, podemos aqui votar autorização da construção de uma barragem no rio Iguaçu, na região de Capanema para a produção de uma nova usina de energia elétrica pela Copel ou por quem quer que queira comprar.

Os deputados que conhecem a região do Sudoeste e do Oeste do Paraná concordam com isso? Estaríamos corretos em proceder assim? É claro que não. O senhor não é aqui da Região Metropolitana, eu sou aqui de Curitiba, a cidade de Araucária é uma cidade conturbada pela questão ambiental.

A Cidade Industrial de Curitiba está, é fronteira ao município, o senhor sai de Curitiba vai a Araucária, não sabe onde estão os limites hoje, não sabe. Está dentro de Araucária e pensa que está em Curitiba, e todo o cinturão de fábricas está na região de Araucária, quer dizer, uma agressão a mais, se não forem exigidas algumas questões para essa usina se instalar lá, pode prejudicar em mais ainda a qualidade de vida dos curitibanos e da população da cidade de Araucária.

Então o correto é que nós tivéssemos o EIA RIMA e que pelo menos o EIA RIMA pudesse dizer o seguinte: A Assembléia autoriza, desde que fornos, fornos tais e tais ou a captação de água dos defluentes, dos dejetos tivessem tais e tais tratamentos, nós autorizariamos, claro, mas nem temos o EIA RIMA, temos?

Então, senhores deputados, eu não posso entender senhor presidente, desculpe-me, mas não é questão de português, de professor de português, é uma questão de bom senso, daí permita-me discordar de V. Exa.

Porque se há uma lei que nós podemos votar e que nas prerrogativas da Constituição dessa lei estão colocados que precisa-se, ou deve-se, ou recomenda-se estudo prévio de impacto do meio ambiental, recomenda-se estudo de impacto do meio ambiental, que não tivesse a exige-se, recomenda-se que tenha impacto do meio ambiental, acho que nós devíamos autorizar. Sou favorável à autorização. Se não pode ser em Araucária, os industriais, aqueles que estão envolvidos, a Petrobrás e não sei mais quem, procurem outro município.

Queriam, há tempos atrás fazer uma termelétrica à base de carvão, em Paranaguá. Em Paranaguá, senhor presidente, lembro disso!

A Inepar, o Mario Celso Petralha queriam construir uma usina termelétrica movida a carvão do lado do Porto de Paranaguá! Seria um horror, deputado Belinati! Seria um horror!

A experiência que se tem com termelétrica, com o depósito de dejetos de carvão, que foram visitados no Chile, e que nós temos aqui, na cidade de Tubarão, iriam fazer da pobre Paranaguá, do nosso litoral, um lugar inabitável, nos próximos 10 a 15 anos.

Estava se atropelando para a autorização. Teve que ter uma mobilização, um levante da consciência dos ambientalistas do mundo inteiro mandando cartas em francês, em alemão, em inglês, para o governador Jaime Lerner, para que ele desistisse da autorização aqui, naquele momento, com a sua Bancada, para autorizar aquele empreendimento.

Ia gerar emprego?

Ia gerar emprego. Mas a que custo isso, no futuro?

Então pediria ao deputado Valdir Rossoni, 48 horas para que a gente pudesse apreciar esse projeto, com o parecer da Comissão do Meio Ambiente da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra, deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente e senhores parlamentares, não quero alongar-me, porque muitas colocações já foram feitas.

Queria registrar bem no começo também, que a energia, ou a termelétrica, ou a hidrelétrica, até mesmo a nuclear, o Brasil é hoje partícipe da energia nuclear, sempre será necessária para o desenvolvimento da própria humanidade.

Mas questiono-me nessa linha que o deputado Vanhoni está colocando. No próprio projeto do deputado Valdir Rossoni, o parágrafo 2º diz: “que a construção da usina mencionada no artigo 1º, dessa lei está condicionada à discussão do relatório do impacto ambiental”.

Vai aqui a discussão que poderia ser levantada, deputado Rossoni quanto à discussão. Porque a Constituição não fala em discussão, fala em apresentação de um relatório de impacto ambiental, que é diferente.

Mas vamos deixar isso de lado, só para raciocinar naquilo que eu quero levar, senhor presidente.

Se mesmo aprovada a lei no dia de hoje, a usina não poderá ser iniciada antes de existir EIA RIMA, por que razão nós aprovamos lei, antes da EIA RIMA, antes do projeto de impacto ambiental?

Por quê?

Imagine V. Exa., nós aprovamos aqui uma lei autorizando a construção dessa usina, os órgãos ambientais não aprovam. Olha o vexame que a Assembléia passa perante a opinião pública, de nós termos aprovado a construção de uma usina, que os próprios organismos do Governo do Meio Ambiente vão dizer, não, não pode fazer!

Ora, o projeto não está aqui na Assembléia há um ano e pouco por culpa desta Casa. Ele está aqui há um ano e pouco e não foi votado porque não tem ainda uma das condicionantes constitucionais para ser aprovado. Quem está atrasado não é a Assembléia, quem está atrasado são os próprios órgãos governamentais que já deveriam ter apresentado o projeto de impacto ambiental e não apresentaram!

Portanto, não há como a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente aprovar, se ela ainda está em audiência pública.

Eu me pergunto, digamos que pudesse, senhores deputados, aprovar agora em 1º discussão, pedir quebra do interstício, fazer uma Sessão Extraordinária e votar agora, aproveitar ainda antes de fechar o Diário Oficial e publicar em Diário Oficial. Vamos admitir que isso fosse possível. Está publicado em Diário Oficial a Lei da Assembléia que autoriza a construir. Mas o Governo não poderia assinar o contrato com a empresa, porque não tem o projeto de impacto ambiental ainda, condicionante da própria lei do deputado Valdir Rossoni.

Então, caminho nessa mesma condição, senhor presidente, para evitar que venhamos a atropelar o que a própria Constituição está dizendo. E talvez até condicionar uma discussão maior no âmbito do Judiciário, da questão da legalidade, constitucionalidade ou não, da lei.

Não seria muito mais fácil esperarmos, por exemplo, 48 horas, uma semana, passar na Comissão do Meio Ambiente, preencher os requisitos que são necessários e votar depois no plenário sem atropelar o processo? Seria mais rápido, inclusive mais coerente.

E aí, sim, volto a dizer, senhor presidente e deputado Rossoni, quando tratamos do próprio respeito interno na Casa, de uns para com os outros, de maioria com minoria, de discussão de projetos, passa além da ofensa verbal que possa acontecer, também a discussão racional de exceder em determinado momento a lógica regimental para que usemos exclusivamente a força da maioria para atropelar processo, que o Regimento, indiscutivelmente, está sendo atropelado pela falta de um dispositivo da Constituição.

Muito obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente e senhores deputados. Claro que o entendimento pode ser bastante sujeito à discussão, mas parece-me claro que os dois requisitos são fundamentais para a construção da usina - a autorização legislativa e também o estudo do impacto ambiental - essas duas questões. Uma não antecede obrigatoriamente a outra. Se esta preferência não existe, claro que da interpretação muitos podem tirar suas conclusões de forma diferente. Existem outras questões que são preponderantes. O projeto de lei do deputado Rossoni, ele é muito claro: “A usina só poderá ser construída após a conclusão do estudo do impacto ambiental.”

Agora, cumprindo esses dois requisitos da lei e do impacto ambiental, por que nesse momento se colocar em discussão, em votação um projeto de lei, que até o posicionamento feito pelo deputado Vanhoni e ilustrada pelo deputado Caíto? Por duas questões, até para que não pare dúvidas: uma, a Agência Nacional de Energia Elétrica só aprecia o pedido de licença para construção de uma termelétrica após a autorização legislativa. Claro que

a autorização para construção, só depois do estudo de impacto ambiental.

E a contratação de empréstimos nacionais e internacionais de um porte, de uma empresa deste porte não se trata em questão de horas, você precisa negociar taxas, negociar empréstimos com bastante brevidade. E você não vai chegar em nenhuma instituição nacional ou internacional sem que você tenha uma autorização legislativa.

São questões fundamentais, inclusive para o encaminhamento. Não só junto às Agências Nacionais de Energia Elétrica, quanto instituições bancárias nacionais e internacionais.

Razão pela qual estamos aqui encarecendo, vamos votar em 1ª, porque me parece constitucionalmente correto o projeto, para que depois, então, a Comissão de Meio Ambiente e outras Comissões mais possam se manifestar, mas esta discussão se encerra, tenho certeza com esses esclarecimentos que estamos prestando neste momento.

Muito obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Para Encaminhar)

Não podia deixar de dizer aqui a razão do meu voto. Ouvíamos o deputado Caíto Quintana, o deputado Vanhoni que falou brilhantemente como sempre faz, e agora o apelo ao líder do Governo.

Consultei o deputado Rossoni se ele retiraria o projeto. Ele disse que não, porque ficou tempo por demais até, na Comissão Permanente Técnica da Casa e não saiu. Eu voto com a minha Bancada, como sempre faço, mas este meu voto, senhor presidente, eu tenho consciência de que não será possível a execução da usina sem os requisitos exigidos pela Constituição do Estado e Federal, não só o EIA RIMA, como todas as exigências constitucionais terão que ser apresentadas, antes até da obtenção dos recursos, eu quero crer, por isso é que o meu voto acompanha a Bancada, por isso, fundamentalmente, por saber que as exigências constitucionais não caem na votação por essa oportunidade da 1ª Discussão.

O SR. HERMES FONSECA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados não quero tratar aqui de ser favorável ou contra o projeto de lei. Eu só quero fazer mais uma vez um apelo no sentido de que este Parlamento cumpra uma das suas funções que é legislar em obediência aos textos constitucionais, já que nós não podemos, nem devemos, e até por bom senso, aprovar nenhuma lei que implique numa desobediência ou numa falta de observância ao texto constitucional da Constituição Federal e ao texto da nossa Constituição Estadual.

Lá na Comissão de Constituição e Justiça, eu me pronunciei por diversas vezes contra projetos autorizatórios, e recebi o apelo de companheiros que fazem parte daquela Comissão de que nós estaríamos tirando mais uma prerrogativa do Poder Legislativo dos deputados,

como se aos deputados não sobrasse mais nada, até elaborar projetos de lei autorizatórios, que a meu ver não têm sentido; não tem eficácia qualquer projeto de lei autorizatório.

No entanto, esse é o entendimento da maioria dos membros da Comissão de Constituição e Justiça, portanto nós não podemos hoje, quando temos que cumprir a nossa prerrogativa constitucional de fazer e aprovar leis, se nós aprovarmos aqui no aqodamento, na pressa, até por um capricho, uma lei que não atende aquilo que dispõe a Lei Magna deste País, a lei maior que é a Constituição Federal, que exige no seu artigo 225 um parecer prévio, um laudo prévio de impacto ambiental, por que nós temos, que, mais uma vez, neste Parlamento, atropelar? Por que nós temos aqui que nos curvar às vontades e não observar aquilo que é a nossa responsabilidade maior, nossa função de fazer leis que tenham eficácia e fazer leis que sejam, acima de tudo, constitucionais?

Eu volto a afirmar, volto a fazer este apelo, para que nós não votemos este projeto nesta tarde, porque votar na forma como está, vai ensejar outras emendas que eu creio que não seja o caminho que nós temos que recorrer sempre; ultimamente é muito comum, nesta Casa nós temos ouvido que, se discordar nós temos o caminho judicial e não é isto que nós queremos.

Não é o fato de ser contra ou a favor, eu não sou contra a criação de uma usina termelétrica, eu só não posso concordar que nós possamos aprovar uma lei que não cumpriu aquilo que a legislação maior exige, tanto a Constituição Estadual, quanto a Federal.

Peço então mais uma vez a compreensão e o bom senso do nosso companheiro, deputado Valdir Rossoni, que adie através da sua manifestação, e que possamos votar alguma coisa que não fira a Lei Maior, ou seja, as Leis Maiores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação o projeto.

O SR. VALDIR ROSSONI

Chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao 1º secretário que proceda à chamada nominal.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Tureck)
(Procede à chamada nominal)**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito informação de quantos deputados responderam à chamada.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Tureck)
32 deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

32 (trinta e dois) senhores deputados responderam à chamada.

Está em votação o projeto.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Verificação de votação!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Solicito aos senhores deputados que apóiam o projeto, permaneçam como estão.

Queiram, por favor, os senhores parlamentares ficarem nos seus devidos lugares para fazer a contagem!

Solicito aos senhores deputados que se levantem; os que aprovam o projeto.

27 (vinte e sete) deputados aprovam.

Que rejeitam: 1 (um) deputado.

Está aprovado o projeto.

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 218/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Vila Industrial do município de Laranjeiras do Sul, como sede e foro na mesma municipalidade. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/2001, de 04.06.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 218/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nereu Moura, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Vila Industrial do município de Laranjeiras do Sul, com sede e foro no mesmo município.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 264/2001, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Santa Terezinha do Menino Jesus, do município de Primeiro de Maio, no Estado do Paraná, como sede e foro no mesmo municí-

pio. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 090/2001, de 25.06.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 264/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade beneficente Santa Terezinha do Menino Jesus do município de Primeiro de Maio, no Estado do Paraná, com sede e foro no mesmo município.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GERANI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 270/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer, do município de Chopinzinho-PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 091/2001, de 26.06.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 270/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nereu Moura, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer, do município de Chopinzinho.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 281/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Alto do Tigre, com sede no município de Guamiranga e foro na comarca do município de Imbituva. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 091/2001, de 26.06.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 281/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Agricultores de Alto do Tigre, com sede no município de Guamiranga e foro na comarca do município de Imbituva.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Manduri, com sede e foro no município de Guamiranga. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 091/2001, de 26.06.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 282/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Agricultores de Manduri, com sede no município de Guamiranga, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente.

V. Exa. sabe que eu reconheço os momentos difíceis que enfrentamos aqui na Casa.

V. Exa. sabe o amor que tenho a esta Casa, estou aqui no quarto mandato como deputado estadual, já fui vereador de Curitiba e efetivamente, devo reconhecer, que na falta do respaldo técnico, naquele momento, imaginei que o Plenário que tivesse aprovando, pudesse me dar o respaldo.

Agora, quero pedir desculpas aos deputados que nomeiei, especialmente o Belinati, porque efetivamente foi um argumento regimental, naturalmente que não é o mais recomendável, porque evidentemente, nem todos os deputados que estão no Plenário, são sabedores de todos os projetos que estão na pauta.

Então, sinceramente, gostaria de me penitenciar, no sentido de pedir escusas ao deputado Belinati, porque efetivamente me senti na tribuna como um deputado defensor da não aprovação, ou pelo menos defendi a tese de que nós tínhamos que ter um estudo de impacto ambiental, para termos um respaldo técnico para votarmos.

Socorri-me naquele momento, do voto que V. Exa. estava dando, fiz essa indagação, mas quero pedir-lhe desculpas por ter feito isso, até porque causei um certo espanto, e V. Exa. ficou naquele momento preocupado, pelo impacto.

Então, fica aqui o nosso reconhecimento, da perda por um voto. Nós perdemos de novo.

Quis o destino que perdêssemos a Copel por um voto, e quis o destino que também ganhasse a construção da termelétrica, por um voto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero cumprimentar o nobre deputado Neivo Beraldin, por reconhecer e pedir escusas ao deputado Antonio Carlos. Pela ordem, o deputado Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI

Senhor presidente, pela experiência, pelo respeito que tenho pelos parlamentares desta Casa, que da forma com que aqui coloquei a questão de votação, queria dizer inclusive, que nenhum deputado é mais importante do que o outro, porque o peso do voto é único em cada parlamentar.

E reconheço, efetivamente, na figura do deputado Neivo Beraldin, um deputado que sempre trouxe a sua contribuição, o melhor que ele pode dar de si a esta Casa. e jamais questioneei o trabalho de cada parlamentar aqui, seja nas comissões, seja no seu trabalho, na sua base eleitoral, ou seja através da sua contribuição ao Plenário.

Desta forma, sei que o deputado Neivo Beraldin, naquela ânsia de obter uma informação, tenho certeza que esse erro vai ser cometido por outro parlamentar.

E quero aqui enaltecer a figura do deputado Neivo Beraldin, que tenho certeza, que através do debate democrático, como V. Exa. sempre colocou no comando desta Casa, irá contribuir para que o nosso Estado do Paraná, possa evoluir e se desenvolver ainda mais.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

(Inicia a leitura de requerimentos)

Pela ordem, deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Ontem eu fiz uma questão de ordem, com relação ao sorteio para participação nas CPI's.

Só gostaria de saber se o PPS está participando e em qual Comissão, para que eu possa fazer indicação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao nobre deputado vice-presidente da Casa, para prestar esta informação.

O SR. ELIO RUSCH

Aproveito até a oportunidade, senhor presidente, senhores deputados, e as lideranças dos partidos PDT, do PL, do PSB, e do PST, e ainda do PPS, para amanhã, às 13h30min, possamos nos reunir na sala das comissões, para fazermos o sorteio.

A Sessão é pela manhã? Então, logo após a Sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito a V. Exa. que na quinta-feira faça as instalações, um dia dedicado às instalações. Não haverá Sessão de Plenário, será para a instalação de comissões de inquérito, pela manhã.

O SR. ELIO RUSCH

Presidente, eu na quinta-feira pela manhã infelizmente não estarei presente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. dará a função ao deputado Colombo para que proceda às instalações na quinta-feira, das comissões.

Sobre a mesa, requerimento nº 2773, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimentos nºs 2774 e 2782, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2746, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovados.** À Assembléia Legislativa.

Requerimentos nºs 2747 e 2748, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2750, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2752 a 2754, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2756 e 2757, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2759 e 2760, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2765, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2766 a 2768 e 2771, de autoria do senhor deputado Renato Gaúcho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2770, de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2777, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2778 e 2779, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2784, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2772, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente. À Diretoria Legislativa, para informar.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Esse requerimento já foi objeto de apreciação e foi rejeitado no dia de ontem, requerimento de mesmo teor.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ao Departamento Legislativo para informar. Voltará na pauta de amanhã.

Requerimento nº 2775, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será procedida a verificação de votação.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Qual requerimento está sendo colocado em votação?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

“Requer encaminhamento de cópia da Moção de Repúdio do Fórum das Entidades Culturais de Curitiba, à secretária de Estado da Cultura, ao secretário de Estado da Comunicação, ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba e ao presidente da Câmara Municipal de Curitiba, solicitando manifestação dos mesmos quanto às denúncias que atingem a cultura do Paraná como um todo”.

O SR. DURVAL AMARAL

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 2647, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. CAÍTO QUINTANA

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será procedida a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Caíto Quintana, queiram levantar-se.

Dezenove deputados aprovam.

Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e seis deputados. **Está rejeitado.**

Requerimento nº 2606, de autoria do senhor deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Waldyr Pugliesi, queiram levantar-se.

Dezenove deputados aprovam.

Os que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e seis deputados.

Está Rejeitado.

Requerimento nº 2643, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu gostaria de indagar a V. Exa. qual é o período que o Governo do Estado vai prestar contas do segundo trimestre, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós estamos já fazendo a solicitação ao Governo do Estado que determine a data que virá, ainda este mês, fazer esse esclarecimento, não só aos senhores parlamentares, mas à população do Paraná.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, é um requerimento simples e eu até solicito, inclusive, à Bancada do Governo, em função da possibilidade da venda da Copel, que hoje é um fato concreto, através da Lei nº 2355, se nós vamos destinar 70% desses recursos ao Fundo do Parana-previdência,

nada mais, nada menos do que vir aqui o senhor gestor do Fundo, o Dr. Miguel Salomão e explicar: por que hoje tem cálculos que estão dizendo que precisa de 15 bilhões para que possamos fazer esse Fundo eficiente e um Fundo que possa atuar?

Ora! Recebi uma informação no mês de outubro de 2000 que, através do secretário da Administração, o Fundo necessitaria, para se capacitar, de cinco bilhões e setecentos e sessenta e um milhões. E que somando a um bilhão e oitocentos, que já provinham de recursos dos royalties e alguma apropriação de imóvel, nós precisaríamos de pouco mais do que a própria necessidade dos 70%.

Se hoje tem essa discussão em torno de 15, e nós estamos perfazendo aí em torno de seis, sete bilhões, nós temos a diferença de oito bilhões.

E não adianta nada, hoje, constituir um Fundo para dentro de dois ou três, quatro anos, nós não temos a sua efetivação.

Por isso, a importância da presença do Dr. Miguel Salomão aqui para trazer esse esclarecimento à Casa e seria de importância para todos nós.

Dessa forma, que eu encaminho o requerimento que será submetido à apreciação do Plenário.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o requerimento. Senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Verificação de votação. Solicito aos senhores deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

Dezenove senhores deputados.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, solicito que V. Exa. faça a contagem dos deputados, porque não são dezenove, são mais que dezenove.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos fazer novamente.

Vinte senhores deputados aprovam.

Senhores deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e seis senhores deputados rejeitam.

Está rejeitado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após a presente Sessão com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 057, 063, 070 e 074/2001.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 05, às 10h, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 093/99, 325, 218, 264, 270, 281 e 282/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 311, 321/00, 307, 316, 320, 340/2001 e de Resolução nº 023/2001.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TULIO, EM SESSÃO DO DIA 04 DE SETEMBRO DE 2001.

**“Carta de Campo Largo”
“Uma Luz para o Futuro”**

ASBRACE - Associação Sul Brasileira das Pequenas Concessionárias de Energia Elétrica
COCEL - Companhia Campolarguense de Energia

Seminário “UMA LUZ PARA O FUTURO”

CARTA DE CAMPO LARGO

Campo Largo-PR
30 de agosto de 2001

Aos 30 dias do mês de agosto do ano de 2001, reunidos na Casa da Cultura, na cidade de Campo Largo-PR, nós, participantes do Seminário “Uma Luz para o Futuro”, discutimos e aprovamos, a “Carta de Campo Largo”, com o seguinte teor:

- Pode-se afirmar que a energia sempre foi, é atualmente, e sempre será, cada vez mais, um insumo estratégico para o desenvolvimento de qualquer sociedade. E sabemos também que todas as fontes de energia provém de recursos naturais, seja o calor da lenha, a luz do sol, a força dos ventos e das águas, seja como carvão, petróleo, gás e urânio. Torna-se então evidente que os recursos energéticos necessários para o desenvolvimento sustentável de uma sociedade devem ser buscados nos recursos existentes ao alcance dessa sociedade e sob o seu controle em alguma medida, pois em caso contrário o desenvolvimento será sempre dependente.

- Historicamente em nosso País, bem como na maioria dos outros, os recursos energéticos naturais tem sido administrados por grandes sistemas estatais numa estrutura de mercado altamente centralizada. Sendo assim, as políticas de desenvolvimento tem sido em geral orientadas para o crescimento do consumo de um recurso que nem sempre está sob o controle de instituições locais, como as concessionárias municipais ou estaduais.

- Se no Brasil até recentemente esse fato não era relevante, com a privatização do setor, e como evidente limite do sistema nacional em continuar com investimentos suficientes para sustentar a crescente demanda por energia, a questão do controle local sobre os recursos energéticos para o seu desenvolvimento passa a merecer maior atenção por parte de Estados e municípios. A racionalidade dos interesses privados, focados prioritariamente no curto prazo e no retorno financeiro, centram-se em questões que nem sempre coincidem com os interesses de longo prazo de uma comunidade. Essa preocupação é também agravada como iminente racionamento de energia, que este ano se torna uma ameaça real em algumas regiões do País.

- Por outro lado, o novo cenário do setor elétrico traz também consigo novas racionalidades que contrastam com as anteriores. As expectativas apontam para um mercado menos monopolizado, mais competitivo, mas também com maiores riscos, uma vez que a competição pode implicar em condições desiguais de acesso a esse mercado, principalmente, para as empresas menores. Há também um novo ambiente institucional, tanto no que diz respeito às questões ambientais, tornadas críticas pela legislação vigente e pelas pressões de organismos financeiros internacionais, como pelo poder soberano dos consumidores, que finalmente se apoiam sobre um arcabouço jurídico avançado e fazem valer o seu direito a melhores serviços.

- Uma nova racionalidade também surge das novas tecnologias de geração que se viabilizaram graças aos custos ambientais crescentes das alternativas de geração tradicionais de grande escala, como os grandes projetos hidrelétricos ou grandes centrais técnicas que utilizem combustível fóssil. Suas características tecnológicas são diferentes das tradicionais, destacando-se principalmente a grande flexibilidade e a pequena escala, com impactos ambientais reduzidos, o que em outras palavras significa a valorização dos recursos energéticos em escala local.

- Se o cenário para o setor de energia parece complexo, ele se apresenta ainda mais desafiador para as concessionárias públicas municipais, que além dos riscos inerentes ao novo mercado ainda pesam sobre si a Lei de Responsabilidade Fiscal e também a responsabilidade como desenvolvimento de um município, de sua população e de sua economia.

- Nessa nova era de gigantes, a redução da dependência passa a ser estratégica para as pequenas concessionárias de energia, públicas e privadas. Contemplando então:

a evolução e os condicionantes impostos pelo novo mercado de energia que se estrutura no País desde a década de 90, especialmente no que se refere às novas regras de comercialização e às expectativas de comportamento das tarifas de energia;

a realidade histórica, econômica, social e política em que as pequenas concessionárias de energia se inserem e da qual fazem parte, principalmente no que diz res-

peito ao seu mercado, às suas capacidades empresariais e de atuação junto às suas comunidades e em sua articulação com outras empresas do setor elétrico em âmbito regional ou nacional;

um cenário de grandes riscos e também de grandes oportunidades, onde a ampliação do espaço de manobra das pequenas concessionárias de energia passa a ser fundamental para sua sobrevivência.

- A Asbrace - Associação Sul Brasileira das Pequenas Concessionárias de Energia Elétrica, através de seus associados e das comunidades que eles representam, declara que a parceria e o compartilhamento de esforços entre todos será orientado para os seguintes objetivos:

a) minimização dos riscos a que os associados estarão sujeitos no novo mercado;

b) busca da criação de condições de comercialização que tragam vantagens por sua agilidade no mercado nacional;

c) definição de empreendimentos que busquem o desenvolvimento do potencial de geração própria e a participação efetiva em sistemas de geração de energia em parceria com outras empresas, públicas e/ou privadas;

d) promoção conjunta de investimentos nos seus respectivos mercados, procurando manter e até aumentar o número de clientes “cativos”, procurando dar mais flexibilidade e trazer vantagens comerciais com programas de melhoria da qualidade, aumento da produtividade e gestão da demanda;

e) esses esforços, frisa-se, serão realizados através de parcerias entre os associados da Asbrace.

(aa) COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL; FORÇA E LUZ DE URUSANGA LTDA - EFLUL; EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA; HIDRELÉTRICA XANXERÊ LTDA - HXL; CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO - ELETROCAR; CENTRAIS ELÉTRICAS PANAMBI S.A. - HIDROPAN; DEP. MUNICIPAL DE ENERGIA DE IJUÍ - DEMEI; USINA HIDROELÉTRICA NOVA PALMA LTDA - UHENPAL; MUXFELDT, MARIN & CIA LTDA; FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA - FORCEL; COMPANHIA FORÇA E LUZ DO OESTE - CFLO. (Guarapuava-PR)